

PLENÁRIO, PALANQUE, ESTÚDIO Discursos no Plenário do Senado Federal entre 2007 e 2024

Pedro Duarte Blanco



PLENÁRIO, PALANQUE, ESTÚDIO **Discursos no Plenário do Senado** **Federal entre 2007 e 2024**

Pedro Duarte Blanco¹

¹ Consultor Legislativo do Senado Federal. Área de Pronunciamentos.

SENADO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

Ilana Trombka – Diretora-Geral

SECRETARIA GERAL DA MESA

Danilo Augusto Barboza de Aguiar – Secretário Geral

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Paulo Henrique de Holanda Dantas – Consultor-Geral

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Rafael Silveira e Silva – Coordenação

Alexandre Sidnei e Brunella Poltronieri Miguez – Revisão

João Cândido de Oliveira – Editoração

CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Modena Lacerda

Pedro Duarte Blanco

Denis Murahovschi

Foto da Capa: Marcos Oliveira/Agência Senado

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial do Senado Federal.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

BLANCO, Pedro Duarte. **Plenário, Palanque, Estúdio: Discursos no Plenário do Senado Federal entre 2007 e 2024**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Dezembro 2025 (Texto para Discussão nº 355). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 22 dez. 2025.

Núcleo de Estudos e Pesquisas
da Consultoria Legislativa



Conforme o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, compete ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa elaborar análises e estudos técnicos, promover a publicação de textos para discussão contendo o resultado dos trabalhos, sem prejuízo de outras formas de divulgação, bem como executar e coordenar debates, seminários e eventos técnico-acadêmicos, de forma que todas essas competências, no âmbito do assessoramento legislativo, contribuam para a formulação, implementação e avaliação da legislação e das políticas públicas discutidas no Congresso Nacional.

Contato:

conlegestudos@senado.leg.br

URL: www.senado.leg.br/estudos

ISSN 1983-0645

PLENÁRIO, PALANQUE, ESTÚDIO: DISCURSOS NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL ENTRE 2007 E 2024

RESUMO

O estudo analisa mudanças nos pronunciamentos do Senado Federal entre 2007 e 2024, utilizando técnicas computacionais e inteligência artificial. Os resultados mostram três fases: (1) 2007-2014 com alto número de discursos, destacando 2013 com pico de 6.500 discursos durante as Jornadas de Junho; (2) 2014-2021 com redução substancial, mínimo em 2020 devido à pandemia; (3) 2021-2024 com recuperação parcial. Os discursos tornaram-se mais curtos, menos interativos (redução de 90% nos apartes), mais monológicos e, durante a pandemia, mais retóricos. Fatores como mudanças tecnológicas (redes sociais, vídeos), polarização política e crises econômicas explicam essas transformações. Destaca-se articulação estratégica da bancada feminina em apartes. O trabalho sugere que o Plenário perdeu caráter dialógico, convertendo-se em espaço de monólogos destinados ao público virtual, embora haja sinais de possível reversibilidade das mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: Discursos parlamentares; interatividade; transformações institucionais.

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	METODOLOGIA.....	1
3	RESULTADOS.....	2
3.1	QUANTIDADE	2
3.2	EXTENSÃO	3
3.3	TEMPO DE FALA.....	4
3.4	APARTES: ANÁLISE QUANTITATIVA.....	9
3.5	APARTES: ANÁLISE QUALITATIVA	14
3.6	ESTUDO DE CASO: APARTES SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	18
3.7	FIGURAS DE LINGUAGEM	25
4	DISCUSSÃO.....	27
5	CONCLUSÃO	36
6	BIBLIOGRAFIA	38

1 INTRODUÇÃO

Como os pronunciamentos em plenário variaram ao longo das últimas décadas? O que isso indica a respeito da história política recente em geral, e do processo legislativo em particular? Neste estudo, busca-se refletir sobre esses e outros temas, com a finalidade de levantar hipóteses e sugerir agendas de pesquisa relacionadas a discursos parlamentares.

Este Texto para Discussão se divide em cinco partes. Após a introdução, apresenta-se breve explicação metodológica, com a ressalva de que os procedimentos são detalhados ao longo da exposição. No capítulo seguinte, os resultados principais da análise são demonstrados por meio de gráficos e descrições. Na sequência, apresenta-se uma parte da discussão, em que os resultados são interpretados em conjunto. Por fim, são apresentadas as conclusões deste estudo, seguida da bibliografia.

2 METODOLOGIA

Como metodologia, foi utilizada uma abordagem que combina técnicas computacionais com leitura e análise de padrões ao longo do tempo. As técnicas consistiram na execução de *scripts* programados na linguagem Python para coletar dados e metadados de pronunciamentos, transcrever as falas em vídeo e processar o material, seja com cálculos de probabilidade e estatísticas básicas, seja com algoritmos de vetorização textual, *machine learning* e inteligência artificial. Os resultados da análise foram projetados em gráficos, com vistas a acompanhar a evolução dos discursos durante a série histórica.

Vale destacar alguns aspectos dessa abordagem. Em primeiro lugar, o período escolhido, 2007 a 2024, justifica-se pela disponibilidade de dados e metadados sobre discursos no Portal de Dados Abertos do Senado Federal (<https://www12.senado.leg.br/dados-abertos>). Segundo, os pronunciamentos analisados restringiram-se a falas feitas no plenário do Senado, e não do Congresso. As análises sobre linguagem e figuras de retórica são exceções a essa regra, uma vez que incluem pronunciamentos feitos nessas duas Casas legislativas, Senado e Congresso. Não há qualquer análise de pronunciamentos proferidos na Câmara dos Deputados no banco de dados. Finalmente, os dados em formato SQL, os cadernos Jupyter e os *scripts* Python utilizados no trabalho encontram-se disponíveis na plataforma Kaggle, acessável por meio do seguinte link: <https://www.kaggle.com/datasets/pedrouarteblanco/falando-nela>.

Antes de prosseguir, oportuno tecer esclarecimento a respeito do emprego de inteligência artificial neste trabalho. Para fazer a pesquisa, foram utilizados diversos sistemas e aplicações. Estes incluem os modelos de linguagem Gpt-5 e Gpt-5.1, da empresa OpenAI, e Gemini 2.0, da empresa Google; e submódulos específicos do método de análise de tópicos BERTopic (Grootendorst, 2022). Tais ferramentas apoiaram as seguintes tarefas: elaboração e revisão de código Python, tanto em scripts quanto em cadernos Jupyter; revisão de texto; modelagem de tópicos; e aplicação de procedimentos de estatística e programação em ciência de dados.

Todos esses procedimentos foram controlados e revisados por mim, razão pela qual assumo plena responsabilidade por qualquer erro.

3 RESULTADOS

3.1 Quantidade

O primeiro dos gráficos deste trabalho mostra o número de pronunciamentos proferidos no plenário do Senado Federal entre 2007 e 2024.

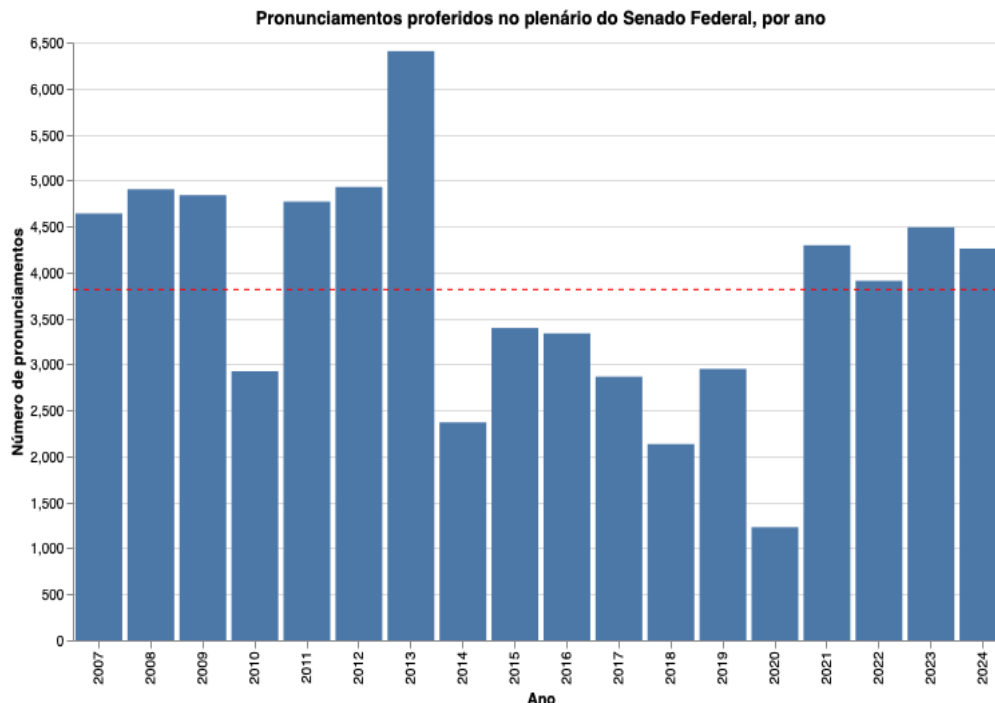


Figura 1 — pronunciamentos proferidos no plenário do Senado, por ano.
Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos.

Podemos dividir o período analisado em três fases. Os anos entre 2007 e 2014 registram alto número de discursos, bastante superior à mediana (representada pela linha pontilhada); nessa fase, destaca-se o ponto mais alto da série histórica, ocorrido em 2013. Os anos entre 2014 e 2021 registraram número de discursos em um nível abaixo da mediana – inclusive o ponto mínimo, em 2020. Finalmente, a partir de 2021, o número de discursos se recupera, alcançando nível pouco superior ao da mediana do período.

Em uma escala mais reduzida, percebemos um movimento periódico no gráfico, com registros de quedas expressivas nos pronunciamentos em intervalos de quatro em quatro anos. Essa observação é coerente com a hipótese de redução da atividade do Senado nos anos de eleições presidenciais. O pico e o vale desse gráfico também podem estar relacionados à conjuntura política. Por um lado, 2013, ano de mobilizações sociais – as chamadas “Jornadas de Junho” –, foi, de longe, o ano em que mais se falou no plenário do Senado, com quase 6.500 discursos proferidos. A ocasião oportunizou discussões relevantes sobre mudança constitucional, como o plano de convocar uma “Constituinte exclusiva” para debater a reforma política. Por outro lado, o ano de 2020, que registrou o mínimo da série histórica – pouco mais de mil pronunciamentos –, esteve marcado pela emergência de saúde pública da pandemia de Covid-19, em que o plenário esteve restrito, e os senadores, em quarentena. Ainda naquele ano, a inauguração do Sistema de Deliberação Remota permitiu a retomada dos pronunciamentos, na forma de vídeo.

3.2 Extensão

Se, terminada a pandemia, a quantidade de falas em plenário recuperou-se até quase o nível inicial, não podemos dizer o mesmo a respeito da extensão dos discursos. O gráfico abaixo mostra a mediana do número de palavras nos pronunciamentos:

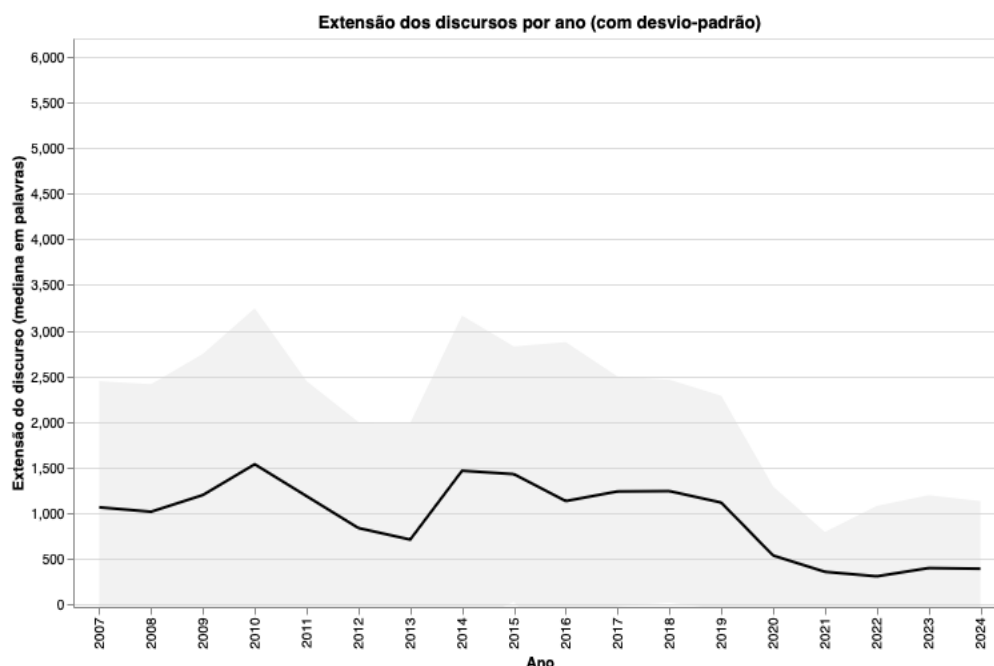


Figura 2 — extensão dos discursos em palavras, mediana e desvio-padrão
Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos, captura de notas taquigráficas e transcrição de discursos em vídeo.

Os valores que o gráfico mostra (mediana, na linha preta, e desvio padrão, na zona cinzenta) não são pares naturais em uma análise, já que o desvio padrão é calculado com base na média, e não na mediana. No entanto, a leitura combinada dessas medidas permite uma interpretação.

Há queda relevante na mediana de palavras ao longo do período pesquisado: 2024, o ano final, registrou menos da metade da extensão observada em 2007, o ano inicial. O estreitamento da zona cinzenta correspondente ao desvio-padrão reforça essa leitura, uma vez que mostra um corpo de falas mais homogêneo e concentrado junto a valores menores. Vemos, em termos de mediana, um pico em 2010, mais ou menos isolado, e um novo pico em 2014, seguido de um longo declínio, que se acentuou durante o período da pandemia.

3.3 *Tempo de fala*

Há uma explicação natural para essa trajetória – tudo o mais constante, quanto mais discursos proferidos, menos tempo de fala é disponibilizado para cada um, o que faz com que a extensão dos pronunciamentos seja inversamente proporcional à sua frequência. Os gráficos posteriores ajudam a entender melhor essa situação, pois mostram o problema à luz de questões específicas de processo legislativo.

Por exemplo, a programação anual das sessões parece ter mudado ao longo do período estudado. O gráfico abaixo mostra o quantitativo de sessões plenárias por ano, diferenciando-as por tipo de sessão:

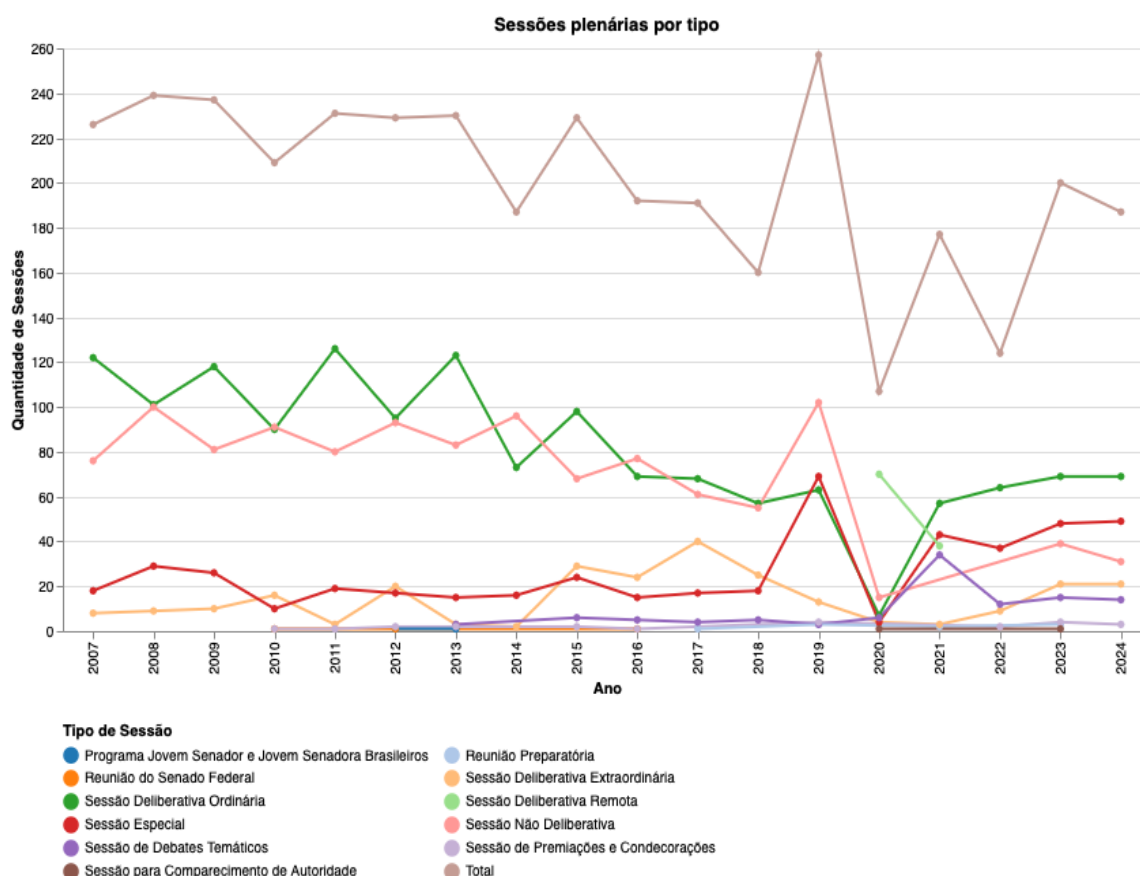


Figura 3 — sessões plenárias por tipo e ano. Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos.

O comportamento da linha correspondente ao total de sessões mostra que a atividade do plenário se reduziu, em pelo menos 10%, entre o início e o fim do período, com oscilações importantes. Os anos de eleições gerais apresentaram declínio ainda mais acentuado, seguido de leve recuperação no ano seguinte; o ano de 2019 teve a particularidade de registrar o pico da série histórica. Se analisarmos por tipo de sessão, no entanto, perceberemos que nem todos os tipos acompanharam a trajetória de queda global: as sessões especiais e de debates temáticos cresceram com o passar dos anos. Mas estes são tipos minoritários.

A leitura dos relatórios anuais da Presidência do Senado (“Relatório da Presidência”, 2007; “Relatório da Presidência”, 2024) confere uma outra perspectiva a respeito do tema. Excetuados os projetos relacionados a concessões

de radiodifusão, o primeiro ano da série histórica registrou, 377 proposições aprovadas, entre projetos de lei (ordinária e complementar), medidas provisórias, projetos de decreto legislativo e de resolução. No ano final, esse número chegou a 519 proposições aprovadas. Enfim, apesar de a proporção de sessões deliberativas (representadas no gráfico pelas linhas verde e laranja-claro) ter-se reduzido, o número de aprovações aumentou em quase 40%, o que mostra que o ritmo de deliberações ficou mais intenso com o passar do tempo.

A análise do gráfico anterior permite, ainda, comparar a frequência de diferentes tipos de sessão. Este é um dado útil para refletir sobre a oportunidade e o tempo de fala disponível aos senadores ao longo do período estudado. Os tipos de sessão conferem tempos distintos de fala aos parlamentares, segundo o Regimento Interno do Senado (art. 14, que dispõe sobre uso da palavra); assim, nas sessões deliberativas, no período antes da ordem do dia, cada orador tem dez minutos para discursar; nas não deliberativas, vinte; *etc.* (RISF, 2025).

Tendo isso em vista, a redução no número de sessões deliberativas e não deliberativas é relevante, porque estas são as sessões em que mais se fala. Essa queda é compensada apenas parcialmente pelo aumento de sessões especiais, nas quais o uso da palavra é mais restrito: os oradores são designados previamente pelo presidente; além disso, não se podem fazer apartes (RISF, art. 200, *caput* e parágrafo único). Vale ressaltar que a distribuição dos tipos de sessões – e, portanto, do tempo de fala – não é o único fator que influencia a queda na extensão dos discursos. Se esse fosse o caso, as sessões com mais tempo para uso da palavra manteriam o número de palavras proferidas. O gráfico abaixo indica que ocorreu justamente o contrário: o declínio no número de palavras deu-se em cada um dos principais tipos de sessão. Isso sugere que o fenômeno deve ter outras causas. Esses temas serão mais bem abordados na parte de discussão deste estudo.

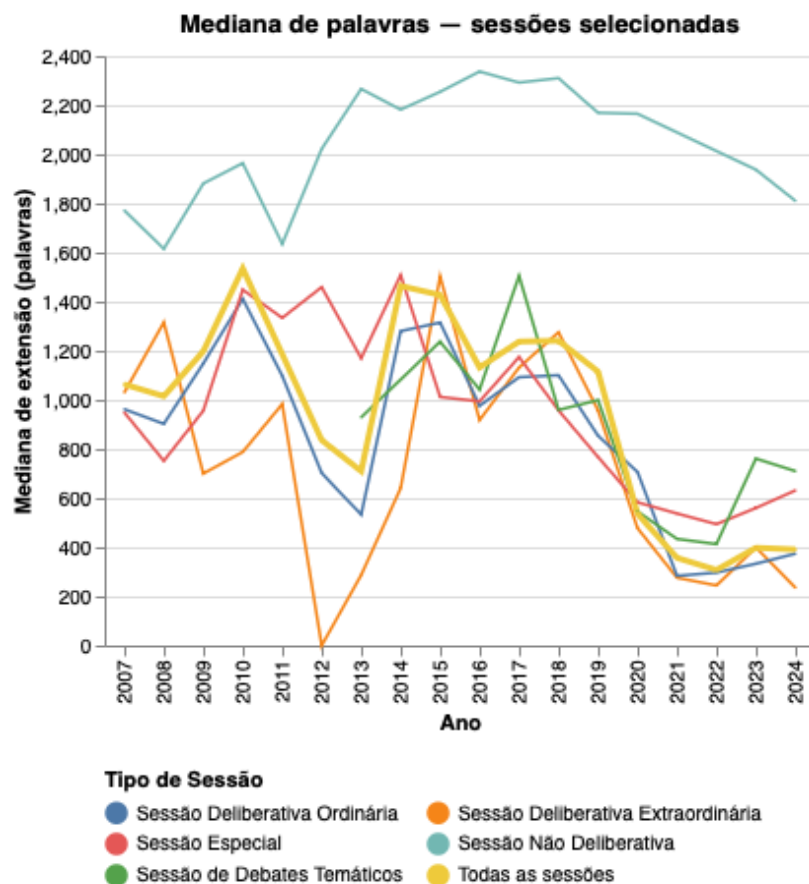


Figura 4 — mediana do número de palavras por sessão legislativa, por ano. Sessões selecionadas. Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos, captura de notas taquigráficas e transcrição de discursos em vídeo.

Outra forma de contemplar os fatos consiste no exame dos tipos de fala (e não de sessão) ao longo dos anos estudados. A tabela abaixo mostra o tempo de fala para cada tipo de pronunciamento, segundo o Regimento Interno do Senado Federal:

Tipos de fala e respectivas durações regimentais:

Tipo de Pronunciamento	Tempo de Fala
Antes da Ordem do Dia (sessão deliberativa)	10 minutos
Antes da Ordem do Dia (sessão não deliberativa)	20 minutos
Comunicação urgente de líder partidário	5 minutos
Líder partidário após a Ordem do Dia	20 minutos
Discussão de proposição	10 minutos
Discussão de proposição urgente	10 minutos (limitado a 5 senadores a favor e 5 contra)
Discussão da redação final	5 minutos (relator e um senador por partido)
Encaminhamento de votação	5 minutos
Encaminhamento de votação urgente	5 minutos (relator e líderes partidários ou designados)
Explicação pessoal	5 minutos (até 2 oradores por sessão)
Comunicação inadiável, manifestação de aplauso ou pesar	5 minutos
Pela ordem, questão de ordem, contradita	5 minutos
Considerações após a Ordem do Dia	20 minutos
Aparte	2 minutos
Interpelação de Ministro	5 minutos (2 minutos para réplica)
Delegação por liderança partidária	5 minutos

Tabela 1 — modalidades de uso da palavra no Senado Federal. Fonte: Regimento Interno do Senado Federal, art. 14.

Pela tabela, podemos ver que há ampla variedade do tempo de fala disponível aos senadores. A duração dos pronunciamentos vai de dois minutos (apartes) a 20 minutos (considerações após a ordem do dia), com duas ressalvas: os apartes têm – em tese – duração subtraída do tempo de fala do orador principal; e é comum que o presidente da sessão conceda minutos adicionais ao orador. Assim, o gráfico seguinte lança uma nova luz sobre a questão do tempo de fala disponibilizado aos senadores:

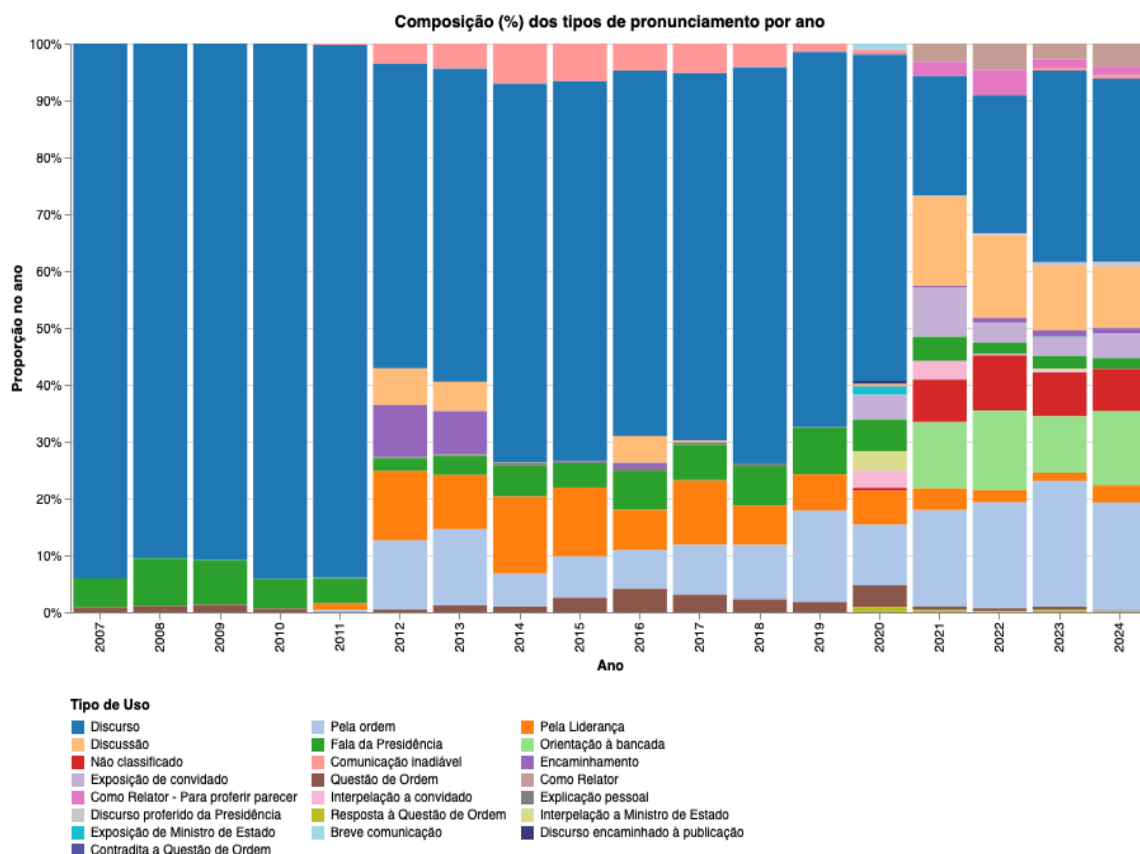


Figura 5 — tipos de fala por ano. Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos.

Há algumas complicações relacionadas à terminologia (o Portal de Dados Abertos do Senado Federal, que forneceu os dados usados no gráfico, usa vocabulário distinto do empregado no RISF, que serviu de fonte para a tabela de tipos de fala) e aos padrões taquigráficos de classificação (que parecem ter mudado ao longo do período estudado). Ainda assim, comparando o gráfico e a tabela, podemos perceber que os pronunciamentos mais longos, os discursos, caíram drasticamente. Mesmo se somados aos pronunciamentos de discussão, que aparecem com força nos anos finais da pesquisa, o conjunto resultante forma proporção muito menor do que a registrada no início da série histórica.

3.4 Apartes: análise quantitativa

Como possível consequência dos desdobramentos referidos acima – a queda no número de sessões, na proporção de falas mais longas *etc.* –, o número de apartes caiu drasticamente ao longo do período estudado. É o que mostra o gráfico abaixo:

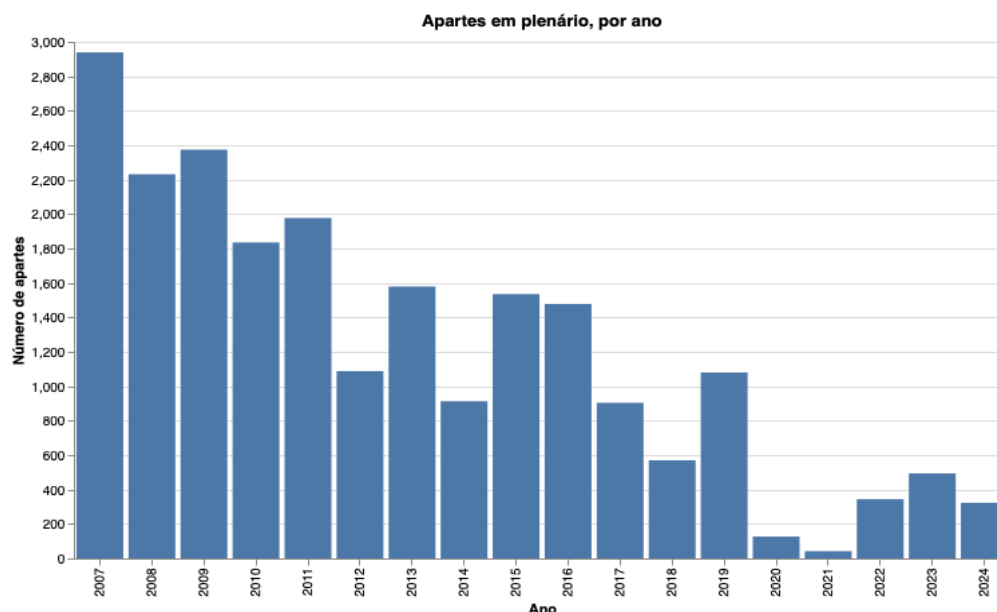


Figura 6 — apartes em plenário, por ano. Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos.

Descontados a oscilação característica dos anos eleitorais e os discursos em vídeo, feitos durante a pandemia, percebemos que a queda no número de apartes se deu de maneira progressiva. O último ano da série histórica, 2024, conta pouco mais de 10% da quantidade de apartes feitos no primeiro ano, 2007. Isso vale para os dois tipos de sessão plenária com mais tempo de fala, como indica a Figura 7, abaixo:

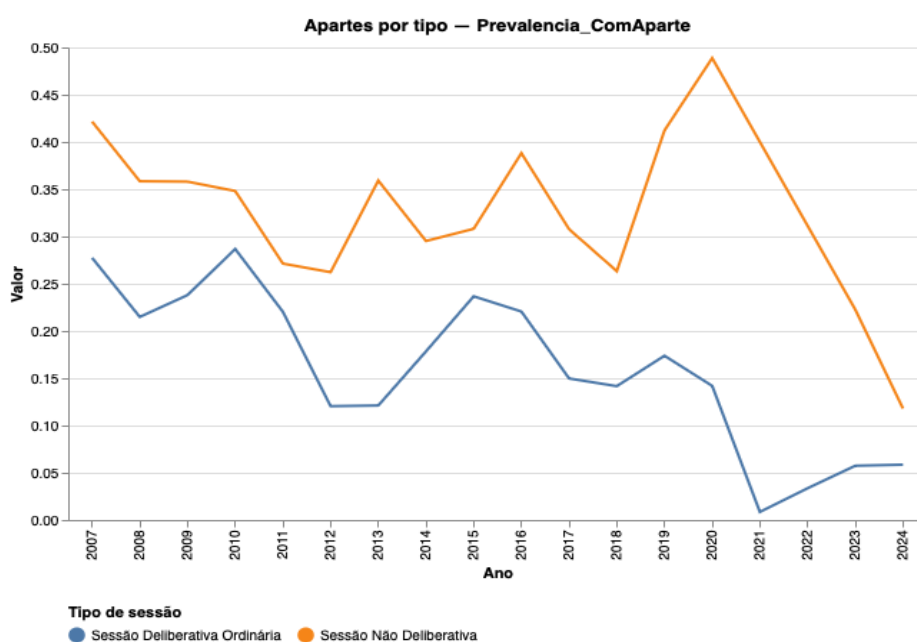


Figura 7 — proporção de falas com pelo menos um aparte, por ano e tipo de sessão. Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos.

O gráfico mostra declínio acentuado na proporção de discursos aparteados pelo menos uma vez, tanto nas sessões deliberativas ordinárias quanto nas sessões não deliberativas. Nestas, a queda não é seguida de recuperação após o fim da pandemia – resultado surpreendente, tendo em vista que as sessões não deliberativas dispõem de vinte minutos de tempo de fala por orador, duração máxima de pronunciamentos estabelecida pelo Regimento Interno.

A queda substancial nos apartes sugere uma queda na interatividade das sessões plenárias – em outras palavras, os parlamentares estão dialogando menos. Podemos ver isso por outras métricas. O gráfico a seguir mostra o número de apartes por discurso, em discursos com pelo menos um aparte:

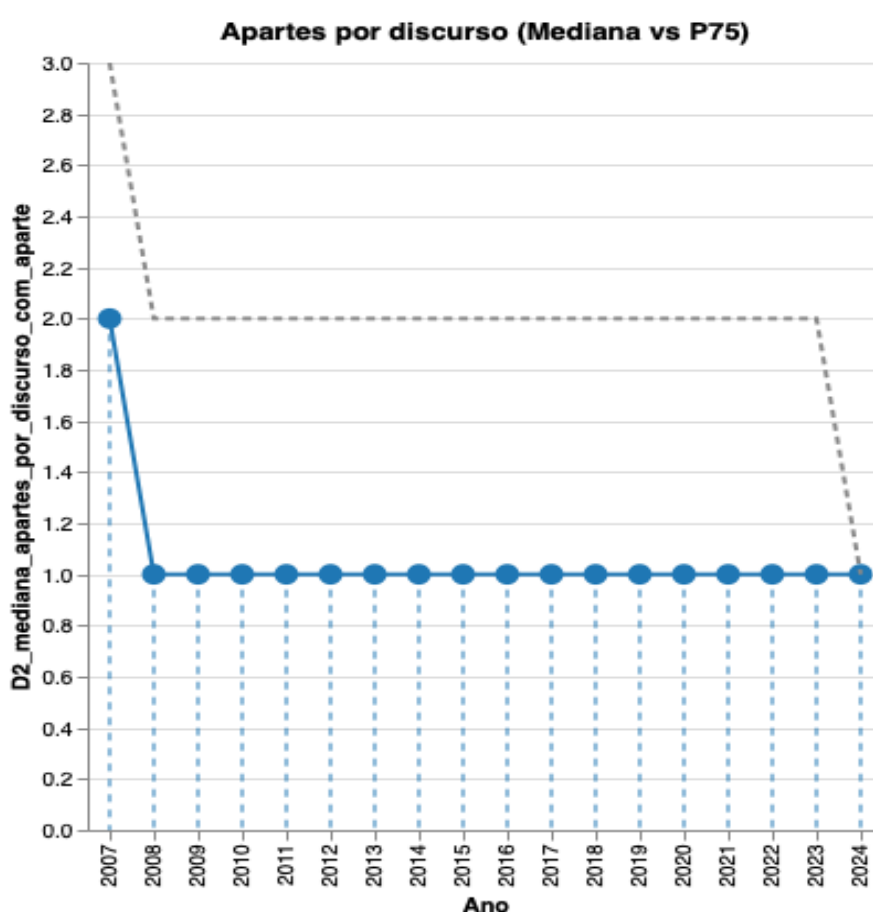


Figura 8 — mediana e percentil 75 de apartes por discurso, condicionados a pelo menos um aparte. Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos.

Tanto a mediana quanto o percentil 75 decaíram logo no início da série histórica e terminaram convergindo em 2024, o que mostra que, em pronunciamentos aparteados, o aparte único passou a ser a regra.

Uma decorrência óbvia da queda – proporcional e absoluta – no número de apartes por ano consiste no aumento dos discursos monológicos, isto é, que não receberam aparte algum, salvo intervenções do presidente da sessão. O gráfico abaixo mostra que essa proporção chegou a quase 100% durante o período da pandemia.

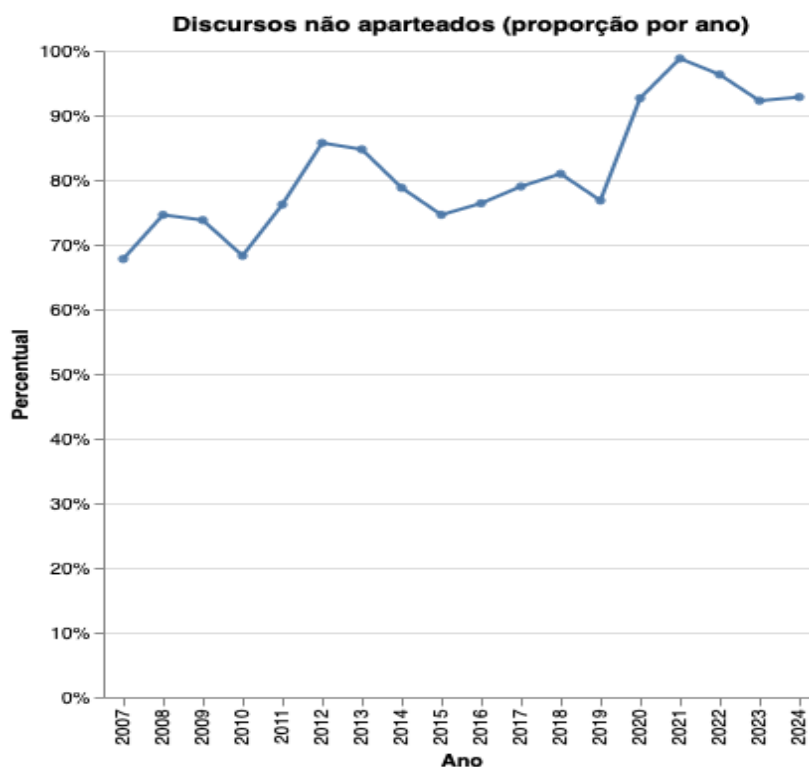


Figura 9 — pronunciamentos não aparteados. Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos.

Esse resultado não deve surpreender, uma vez que, nas sessões deliberativas remotas, os pronunciamentos se fizeram por meio de vídeo, formato que restringe a interação. Findo o período da pandemia, no entanto, a taxa permaneceu acima dos 90% – bastante superior à do início da série histórica.

É interessante ressaltar que, ainda que a proporção de monólogos tenha aumentado, os discursos dessa natureza distribuíram-se de maneira desigual entre os parlamentares. A projeção abaixo mostra a proporção de oradores (senadores que discursaram ao menos uma vez em plenário) que não receberam aparte algum no ano respectivo. Essa proporção, pequena no início do período estudado, chegou a quase 30% dos oradores, em mais um caso de recuperação apenas parcial do choque provocado pela experiência da pandemia:

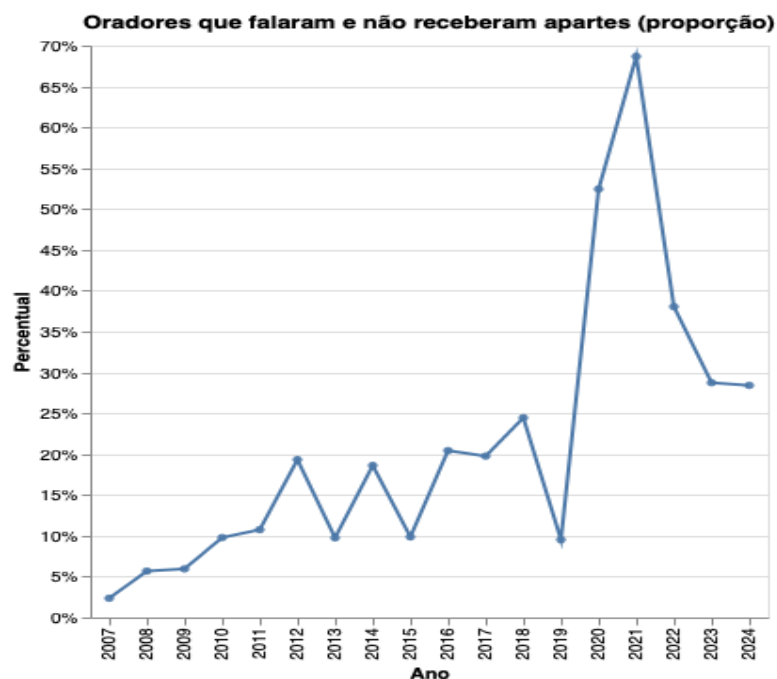


Figura 10 — oradores que não receberam apartes no ano. Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos.

Finalmente, a pesquisa por apartes constatou queda substancial no número de aparteantes distintos por orador. O gráfico abaixo, que apresenta mediana e percentil 75 dessa métrica ao longo do período estudado, mostra que o número de interlocutores de um orador típico caiu de 19 para 3, por ano.

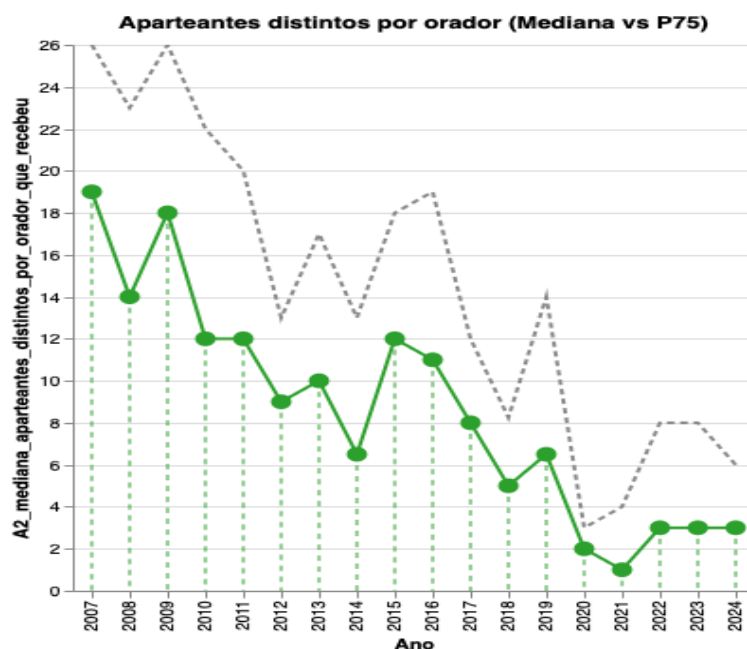


Figura 11 — aparteantes distintos por orador, por ano. Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos.

Por meio da Figura 11, percebemos que, apesar das oscilações, a trajetória dessa medida sempre esteve em queda durante o período em análise. O movimento foi particularmente acelerado nos anos entre 2009 e 2014 e entre 2019 e 2021.

3.5 *Apartes: análise qualitativa*

Apesar de mais raros, os apartes podem ter assumido caráter mais estratégico ao longo dos anos. Essa ideia se baseia em algumas hipóteses. A primeira é a de que a manifestação em plenário, ato de fala com força ilocucionária¹ (Green, 2021), relaciona-se diretamente com a conjuntura política, além de fatores como protocolo, tradições institucionais, questões de gênero etc. Esse ponto de vista – bastante intuitivo – pode ser constatado por meio do exame das interações em plenário em anos específicos, à luz dos principais tópicos em debate. Por exemplo, o ano de 2011 foi um dos anos em que os apartes de apoio, reconhecimento e elogio ao orador principal foram mais comuns ao longo do período estudado, como mostra o gráfico abaixo:

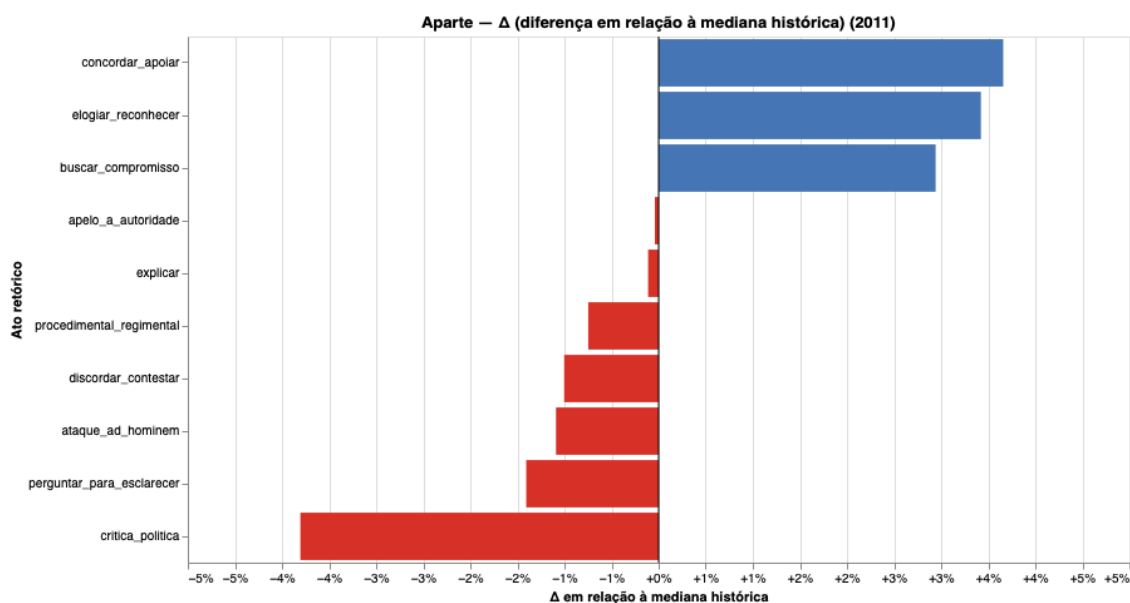


Figura 12 — atos retóricos de aparteantes, em 2011. Diferença em relação à mediana do período estudado. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apartes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

¹ O conceito de “ato de fala com força ilocucionária” resume-se na seguinte tese: ao falar, as pessoas fazem algo (explicar, perguntar, responder, insultar etc.), mas o que fazem não necessariamente se confunde com as palavras que pronunciam. Tal conceito, presente na obra de filósofos da linguagem como J.L Austin e John Searle, influenciou aspectos da análise dos apartes por LLM, apresentadas nas páginas seguintes.

Os atos retóricos de afeto positivo superaram a mediana, e os de afeto negativo, não; esses achados sugerem que 2011 foi um ano “pacífico” no plenário do Senado Federal. As respostas dos oradores principais confirmam essa intuição:

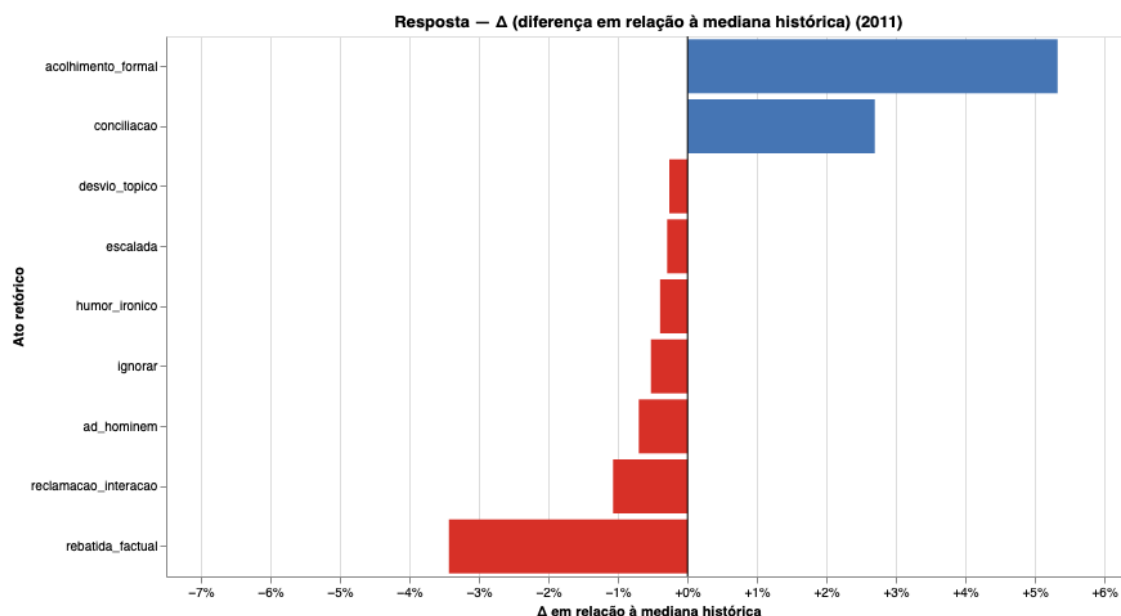


Figura 13 — atos retóricos dos oradores principais, em resposta aos apertes, em 2011. Diferença em relação à mediana do período estudado. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apertes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

O que esteve por trás desse clima amistoso de 2011? Difícil dizer ao certo. A análise dos assuntos dos discursos desse ano oferece uma pista. A tabela a seguir mostra os três principais tópicos extraídos a partir do resumo dos discursos, elaborado pelos servidores do Senado Federal. Esse resumo – uma espécie de ementa – acompanha as notas taquigráficas dos pronunciamentos disponibilizadas na página do Senado na internet; também é fornecido no Portal de Dados Abertos do Senado Federal, como metadado.

Topic Count			Name	Representation	Representative_Docs
0	0	43	0_royalties_petróleo_distribuição_estados	[royalties, petróleo, distribuição, estados, produtores, dos, sal, pré, os, exploração]	[Ponderações sobre o texto do relatório do projeto de lei que distribui os royalties do petróleo em face da Constituição Federal.\n\t, Importância da aprovação, ontem, pelo Senado Federal, do projeto de lei que trata da redistribuição dos royalties do petróleo.\n\t, Expectativa com a construção, no Congresso Nacional, de um consenso sobre a distribuição dos royalties do petróleo entre os estados produtores e não produtores.\n]
1	1	25	1_amazônia_amazonas_desenvolvimento_manaus	[amazônia, Amazonas, desenvolvimento, manaus, legal, preservação, desmatamento, estado, amazônica, estados]	[Considerações acerca de proposições, em tramitação no Congresso Nacional, que têm impacto na economia do Estado do Amazonas; e outros assuntos.\n\t, Apelo por iniciativas de incentivo ao desenvolvimento do Estado do Amazonas; e outros assuntos.\n\t, Apelo à Câmara dos Deputados no sentido da apreciação do Projeto de Lei 1.610/1996, de autoria de S.Exa., que regulamenta a mineração em terra indígena. Defesa da implementação do Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Apoio às medidas de ajuste fiscal adotadas pelo governo federal. (como Líder)]
2	2	21	2_drogas_crack_dependentes_sociais	[drogas, crack, dependentes, sociais, consumo, outras, químicos, portadores, políticas, terapêuticas]	[Registro da realização, hoje, do Painei de Segurança Pública e Legislação, na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, "Crack" e Outras Drogas.\n, Preocupação com a segurança pública, em especial, com o consumo de drogas, propondo uma ampla, contundente e incisiva política nacional antidrogas. Sugestão para criação de uma nova SUDENE e de uma zona de livre comércio no semi-árido nordestino, como soluções para os problemas sociais do Nordeste.\n, Preocupação com o aumento do consumo de drogas, em especial o crack, e com os seus reflexos no sistema de saúde pública do País; e outro assunto. (como Líder)\n\t]

Tabela 2 — resultados de análise de tópicos dos resumos (ementas) dos discursos proferidos (que receberam aparte), em 2011, no plenário do Senado Federal. Tópicos mais comuns. Fonte: elaboração própria, por meio da ferramenta BERTopic, a partir de dados abertos.

A leitura da Tabela 2 mostra que os tópicos mais frequentes dos discursos de 2011 abrange questões como distribuição dos *royalties* do petróleo pré-sal, planos de desenvolvimento para a região amazônica e políticas sociais de combate à disseminação do uso de drogas. A natureza positiva dessas agendas é uma possível explicação para a relativa harmonia nas interações em plenário naquele ano.

Em contraste, o ano de 2016 apresenta as interações mais negativas do período, com porcentagens acima da mediana histórica em discordâncias e críticas políticas e abaixo da mediana em elogios, apoios e manifestações de compromisso. É o que indica o gráfico a seguir:

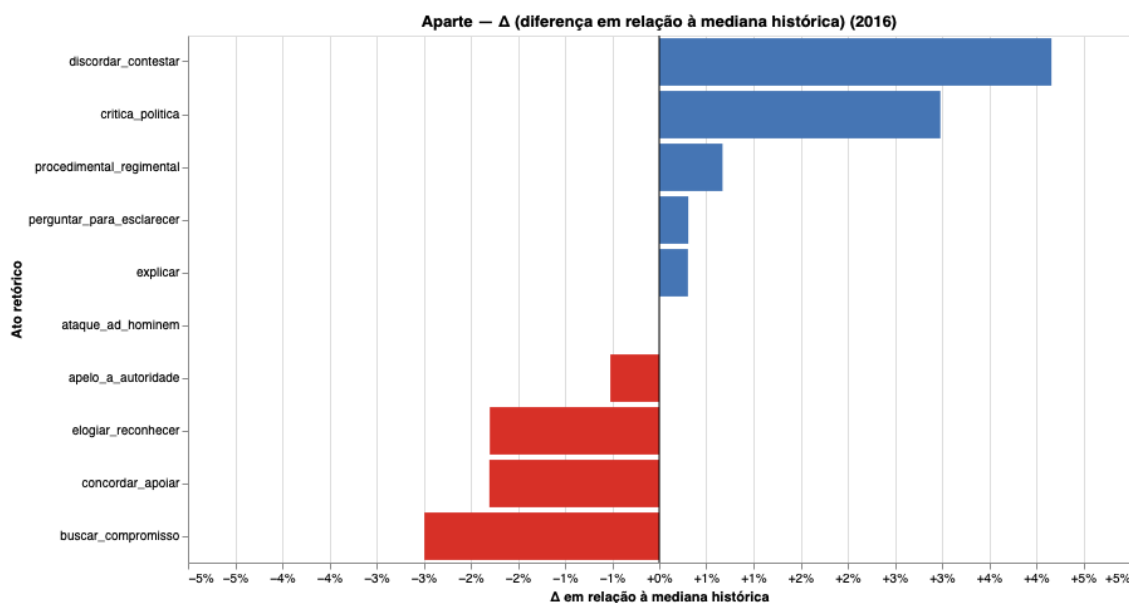


Figura 14 — atos retóricos de aparteantes, em 2016. Diferença em relação à mediana do período estudado. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apartes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

As respostas dos oradores principais são coerentes com esses resultados, como mostra a Figura 15:

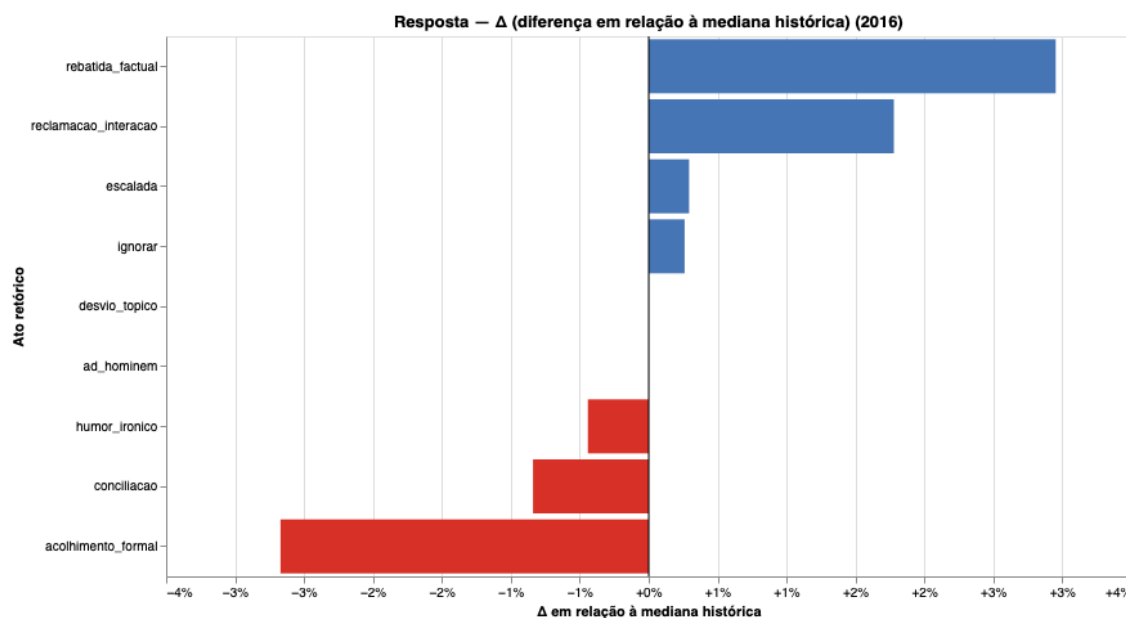


Figura 15 — atos retóricos de oradores principais em resposta aos apartes, 2016. Diferença em relação à mediana do período estudado. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apartes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

O gráfico relacionado às respostas ressalta a alta incidência de rebatidas factuais e reclamações sobre a interação (em outras palavras, queixas sobre tom, cortesia, conteúdo ou pertinência do aparte). Cabe destaque aos atos retóricos de acolhimento formal, a maior das barras vermelhas. Essa é uma reação típica das respostas a apartes em plenário (“muito obrigado, senador”); o fato de que o ano de 2016 registrou uma quantidade de acolhimentos inferior à mediana pode servir como uma medida da natureza das interações naquele ano, caracterizadas por atritos relacionados ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e pela reorientação da política econômica do governo federal no mandato seguinte, do ex-presidente Michel Temer. Outras análises, como a busca por sinais de descortesia na interação, reforçam esse entendimento:



Figura 16 — proporção de apartes definidos como “possível descortesia”. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apartes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

3.6 Estudo de caso: apartes sob a perspectiva de gênero

A ideia de que os apartes se tornaram mais estratégicos ganha força com um estudo de caso baseado em perspectivas de gênero.

O estudo foi organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, estratifiquei os apartes conforme os gêneros do aparteante e do orador principal; em segundo,

classifiquei os discursos conforme a “direção” dos apartes: M→F (senador aparteia senadora), M→M (senador aparteia senador), F→F (senadora aparteia senadora) e F→M (senadora aparteia senador). Essa classificação possibilitou o exame dos atos retóricos em cada tipo de discurso.

O terceiro passo consistiu na comparação entre os diferentes grupos. O resultado dessa comparação está representado nos mapas de calor das próximas páginas. Esses mapas comparam a frequência dos atos retóricos em cada um dos anos pesquisados com a mediana do período todo, indicando desvio positivo (tons de vermelho) ou negativo (tons de azul).

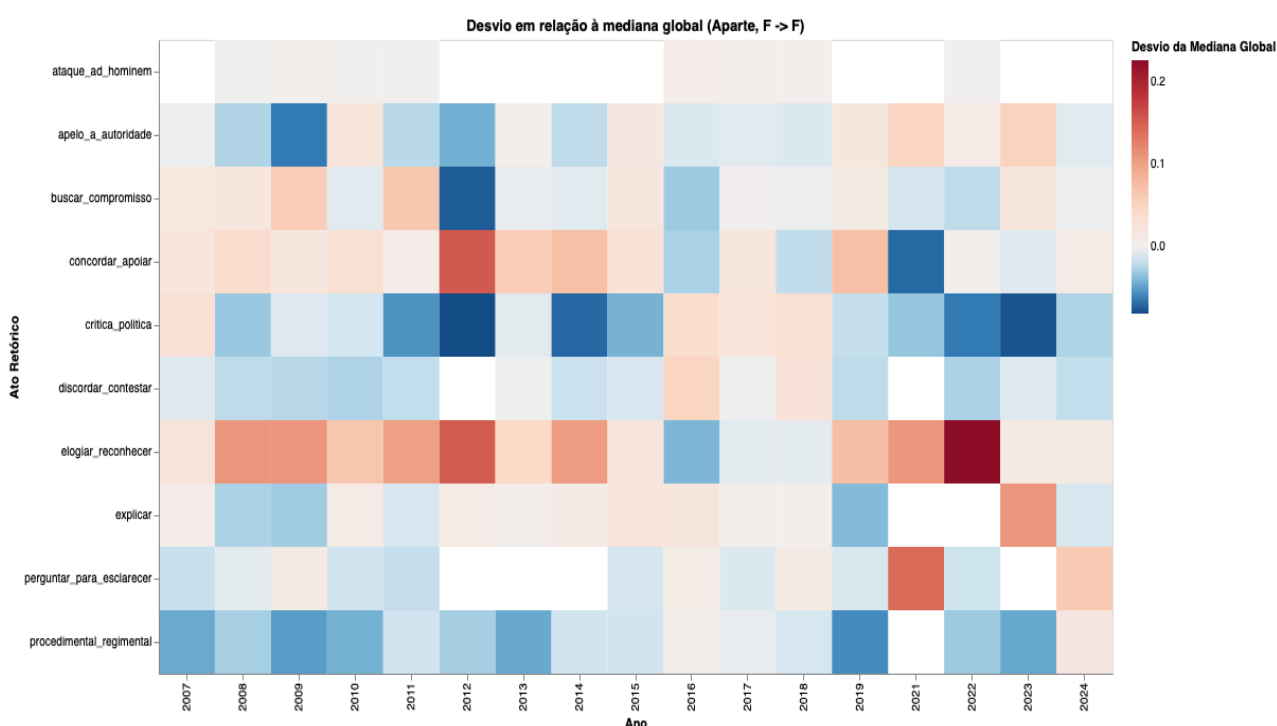


Figura 17 — atos retóricos em apartes de senadoras a senadoras. Diferença em relação à mediana do período estudado. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apartes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

No mapa acima, observa-se, entre as mulheres, uma tendência ao apoio e reconhecimento durante quase todo o período. A exceção foi os anos entre 2016 e 2018 – período crítico, marcado pela polarização política –; nesses anos os apoios e elogios ficaram mais escassos (marcações em cores frias), e os apartes de crítica política, mais comuns (em cores quentes).

Ao interagir com oradores homens, as senadoras aparteantes tenderam ao elogio, buscando consenso e evitando discordâncias e críticas políticas, até o ano de 2014. Essa tendência se reverteu durante o período crítico, após o qual parece ter recuperado o padrão anterior, com a notável exceção de 2022; nesse ano, a principal variável acima da mediana foi a de elogios e reconhecimentos, possível efeito do fim da pandemia de Covid-19. É o que mostra o mapa de calor abaixo:

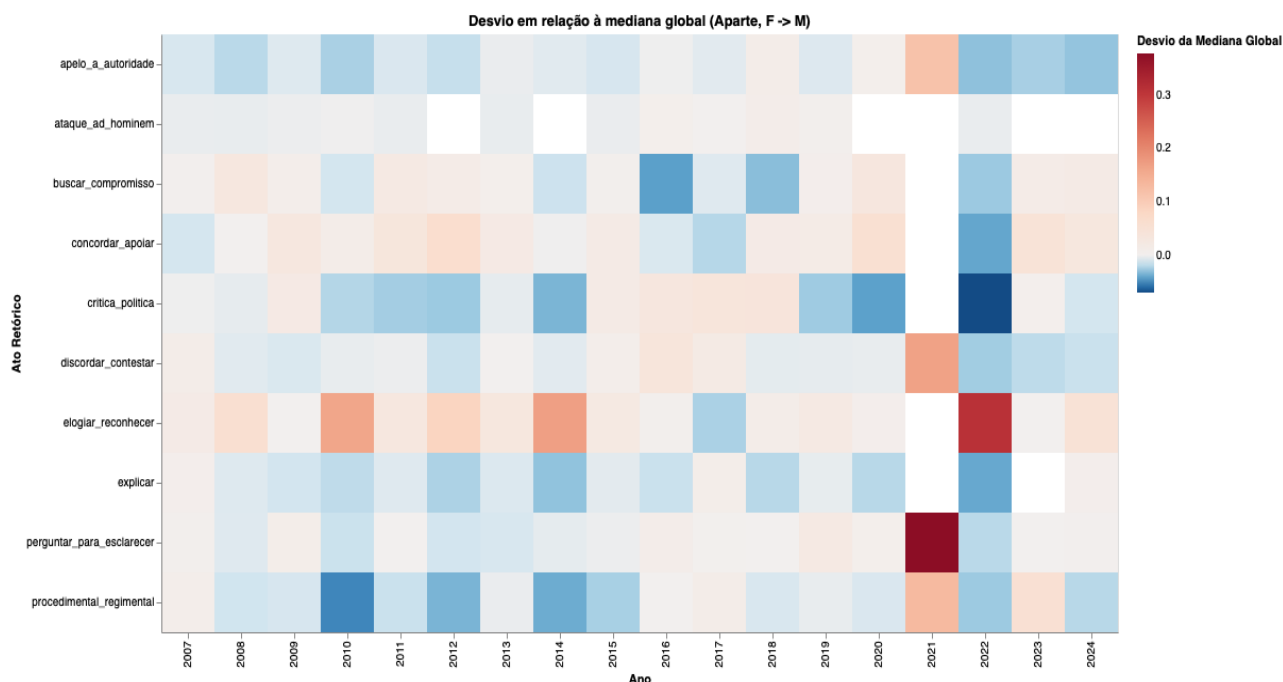


Figura 18 — atos retóricos em apartes de senadoras mulheres a senadores homens. Diferença em relação à mediana do período estudado. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apartes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

Quanto aos senadores, a análise de apartes dirigidos a outros homens revela um padrão geral próximo da mediana, caracterizado por tons mais claros. O período crítico entre 2016 e 2018 mostra redução na busca por consenso e no apoio, mas aumento na contestação e na crítica. Mais uma vez, o ano de 2022 destaca-se pelo alto índice de elogios frente ao valor típico da série histórica, como indica o mapa:

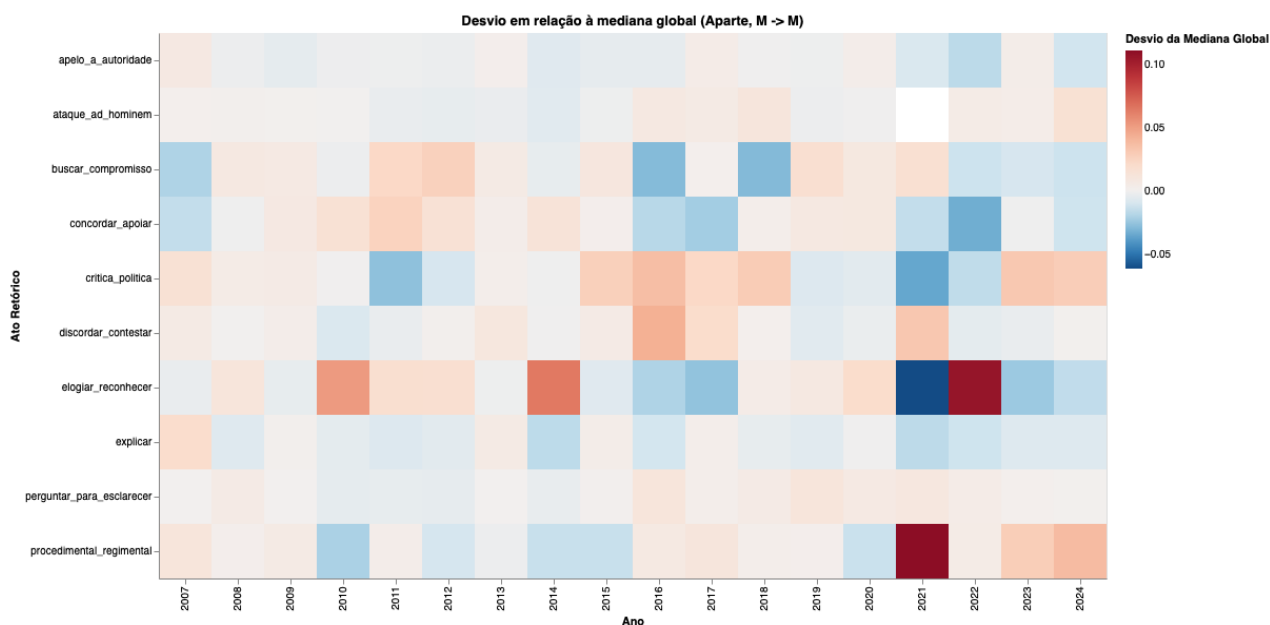


Figura 19 — atos retóricos em apartes de senadores a senadores. Diferença em relação à mediana do período estudado. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apartes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

Finalmente, os apartes de homens a mulheres caracterizam-se pela quantidade reduzida de críticas políticas e contestações, juntamente com uma tendência alta ao elogio e ao reconhecimento – salvo no período crítico, em que as tendências se invertem; é o que mostra o mapa de calor abaixo:

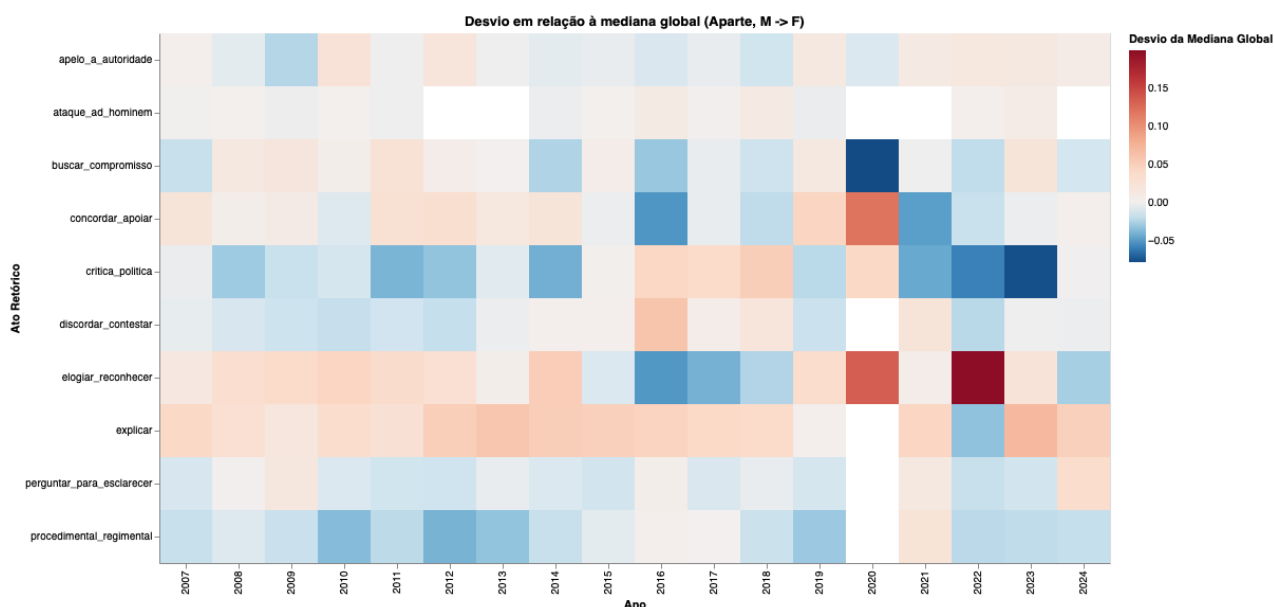


Figura 20 — atos retóricos em apartes de senadores homens a senadoras mulheres. Diferença em relação à mediana do período estudado. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apartes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

Um aspecto relevante da análise consiste no alto índice de atos retóricos de explicação (oitava linha), sempre bastante acima da mediana, com a exceção de 2020, em que a queda substancial no número de apartes prejudica o cálculo de proporções. O padrão observado pode ser um sinal do fenômeno conhecido como *mansplaining* – termo que define o comportamento atribuído a homens de fazer explicações desnecessárias a mulheres, seja na vida doméstica, seja em contextos de debate público. Bastante difundido nos debates sobre gênero (Beira, 2015; Comitê Institucional Gênero e Sexualidade, 2021), o conceito enfatiza as consequências negativas desse costume sobre as mulheres, sobretudo em esferas de representação política, acadêmica ou profissional. A prática de *mansplaining* teria impactos negativos na percepção feminina sobre respeito na interação, pertencimento à organização onde trabalha, sensação de estereótipo, entre outros (Santoro; Markus, 2024).

A julgar pelo padrão das respostas, nota-se que as mulheres parecem não se ter oposto diretamente ao *mansplaining*. A maior parte das respostas de contraposição aproximou-se da mediana, salvo no período crítico de 2016 a 2018, como mostra o mapa abaixo:

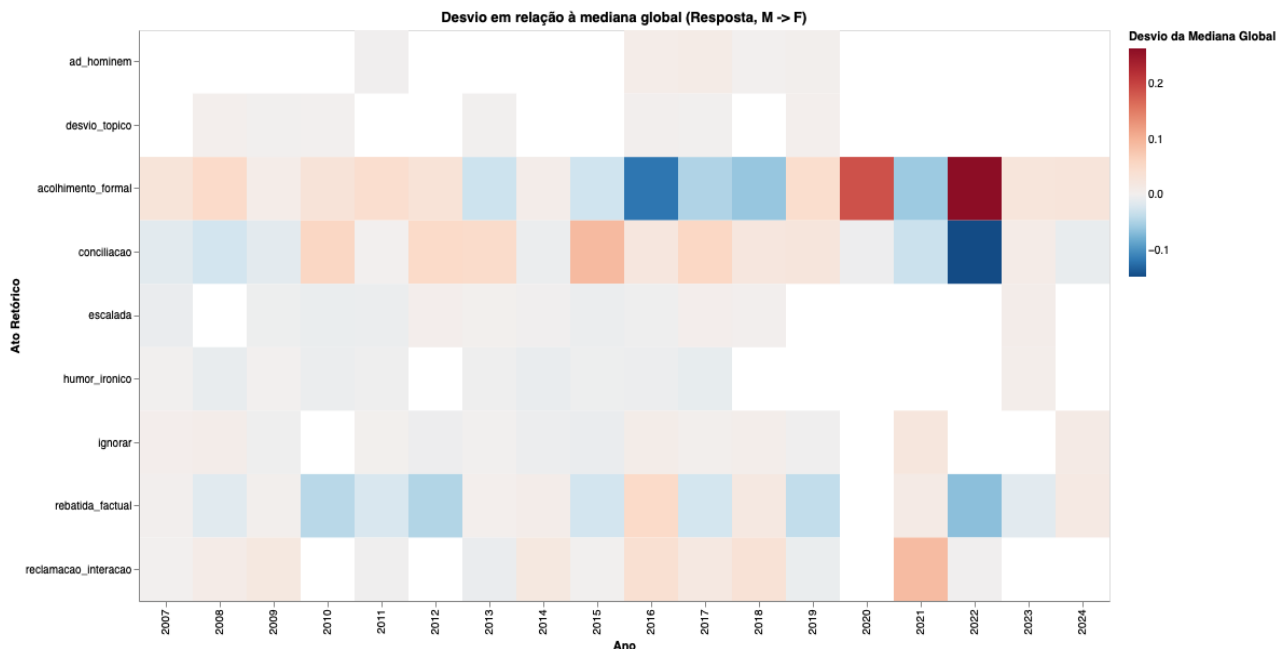


Figura 21 — atos retóricos em respostas de senadoras mulheres aos apartes de senadores homens. Diferença em relação à mediana do período estudado. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apartes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

Os níveis de reclamação na interação, rebatida factual e outras reações negativas permaneceram neutros ou baixos durante quase todo o horizonte temporal da pesquisa, como mostra o gráfico da Figura 21. Apesar disso, a postura das senadoras não foi passiva; elas parecem ter buscado um padrão próprio de interações, multiplicando a incidência de apartes entre si. O gráfico abaixo organiza os apartes segundo as direções M→F, M→M, F→F e F→M, por meio de um cálculo qui-quadrado (Diez; Mine; Barr, 2019, p. 229) de proporções esperadas (a probabilidade de um aparte ocorrer, por direção, de maneira aleatória) e observadas (a taxa de fato verificada nos dados) ²:

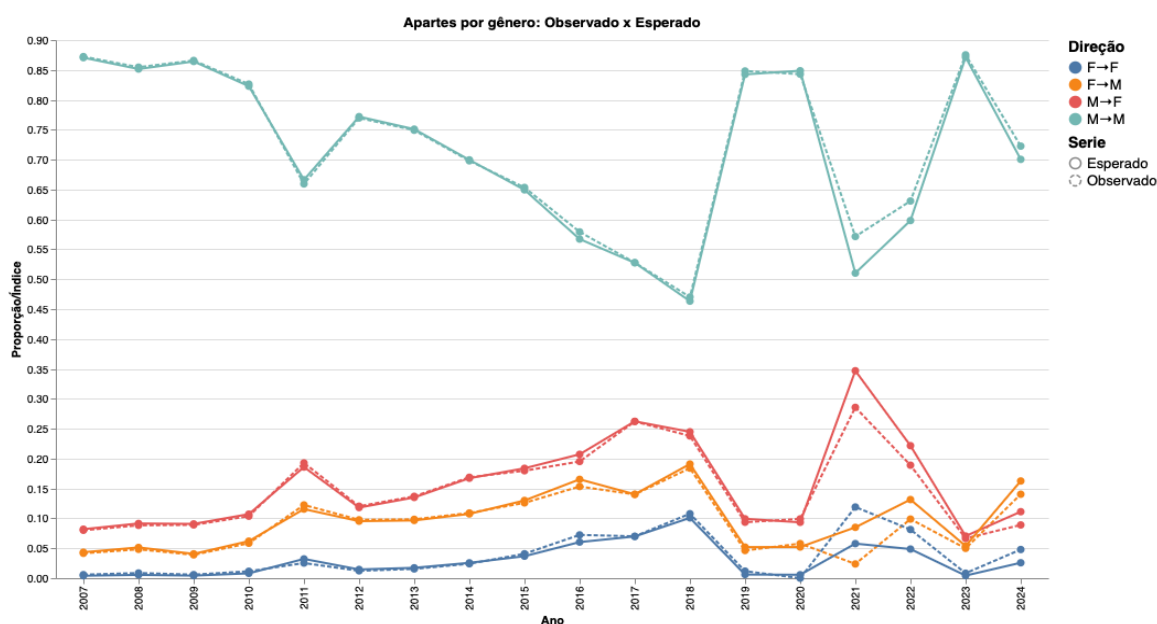


Figura 22 — apartes por gênero de apartante e orador principal, proporções observadas e esperadas. Fonte: elaboração própria com base em dados abertos.

No gráfico acima, percebemos que o padrão calculado de maneira aleatória quase sempre foi o mesmo que se verificou na prática, salvo no período da pandemia, quando o cálculo de proporções foi enviesado pela baixa quantidade de apartes em geral. Isso significa que, em regra, os apartes não parecem ter tido viés de gênero relevante. No final do período pesquisado, porém, os apartes de

² A fórmula empregada foi a seguinte:

$$P_{esp}(g1 \rightarrow g2) = \left(\frac{A_{\{g1\}}}{\Sigma A_q} \right) \cdot \left(\frac{O_{\{g2\}}}{\Sigma O_q} \right)$$

Em outras palavras, a proporção esperada para um aparte $g1 \rightarrow g2$ equivale à probabilidade de um apartante ser do gênero $g1$ multiplicada pela probabilidade de o orador principal ser do gênero $g2$, em um ano específico.

mulheres a mulheres (os menos comuns, marcados pelas linhas azuis) passaram a exceder a proporção esperada.

O gráfico abaixo, ao representar os valores acima como índice (proporções observadas dividido por proporções esperadas), apresenta essa variação de maneira mais clara. A linha azul mostra o crescimento dos apartes entre mulheres a partir de 2018, com a exceção de 2020, ano de poucos apartes no geral:

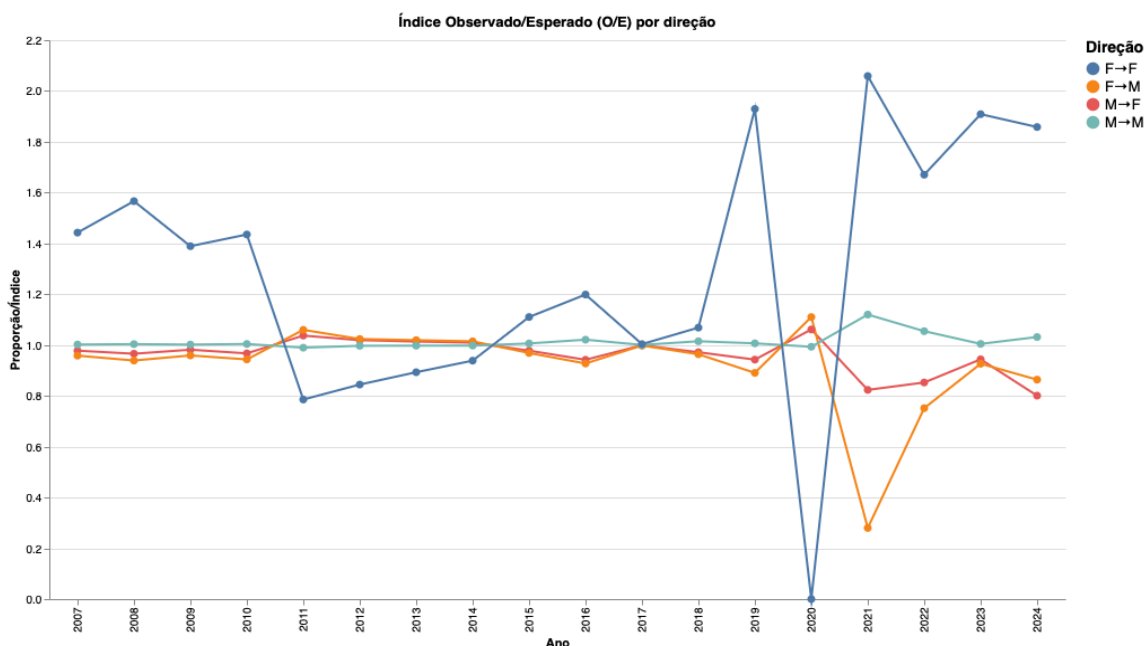


Figura 23 — apartes por gênero de aparteante e orador principal, proporções observadas e esperadas. Índice. Fonte: elaboração própria com base em dados abertos.

Mas a relação entre esse fato e o *mansplaining*, descrito no gráfico anterior, deve ser vista com cautela. Não há nada que indique que os apartes de mulheres a mulheres tenham sido uma reação direta a comportamentos dos colegas homens. Os gráficos mostram, no entanto, que, em meio a um padrão discursivo de aparente subalternidade, as senadoras buscaram mais interações entre si – movimento que coincide com a amplificação do tema da representação das mulheres na sociedade e com a institucionalização da bancada feminina do Senado Federal, em 2021 (Agência Senado, 2025). Essa correlação sustenta a hipótese de que os apartes ganharam, ao menos na representação de gênero, um caráter estratégico, constituindo-se em meio de articulação de pautas femininas.

Uma possível consequência disso é a melhora das relações entre gêneros no contexto dos apartes. O gráfico abaixo apresenta a mesma informação da Figura 16 (proporção de apartes definidos como “possível descortesia”), mas estratifica os dados por gênero de aparteante e orador principal:

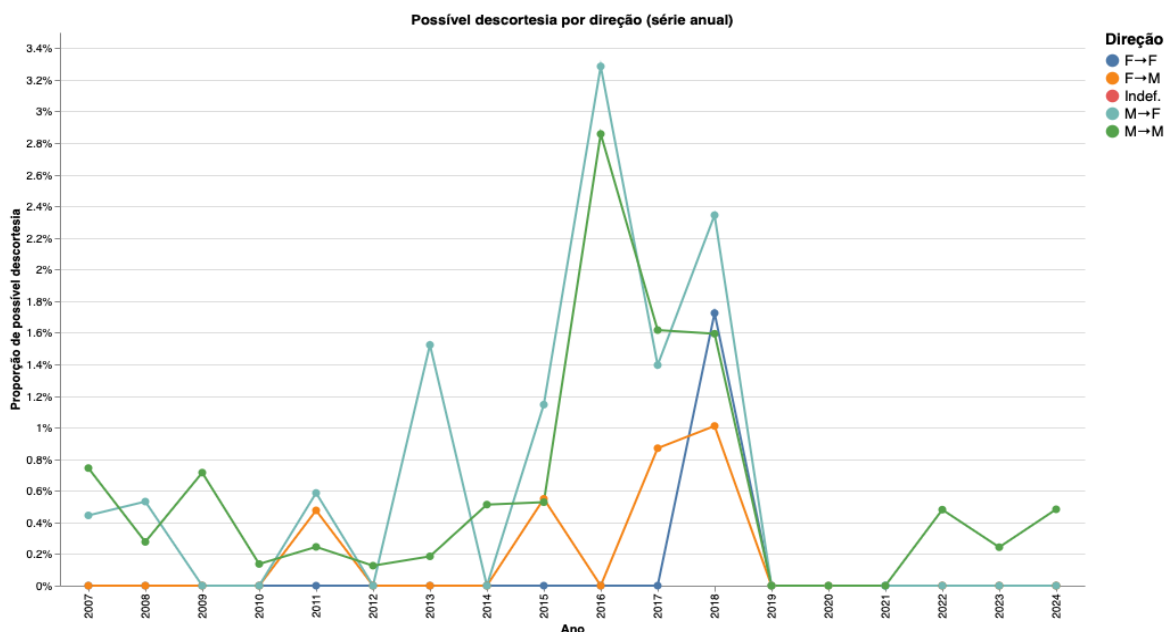


Figura 24 — apartes marcados como possíveis descortêsias, por gênero de aparteante e orador principal, por ano. Fonte: elaboração própria a partir de análise de apartes por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

Observa-se que, depois de saltos em 2013, 2016 e 2018, a proporção de apartes de homens a mulheres tidos como descorteses encolheu. O fenômeno, enfim, pode estar relacionado ao fortalecimento da participação feminina no plenário e na política em geral. Essas são meras hipóteses; seria necessária uma análise mais específica para se chegar a uma conclusão mais forte a respeito desse tema.

3.7 Figuras de linguagem

A última das análises desta pesquisa consiste em uma esquematização da linguagem figurada dos pronunciamentos mediante técnicas de inteligência artificial. Desta vez, a análise deu-se por amostragem: submeteu-se ao LLM Gpt-5 uma proporção de 10% dos pronunciamentos com mais de duzentas palavras, por ano. O gráfico abaixo mostra a evolução das cinco figuras de linguagem mais comuns no espaço amostral:

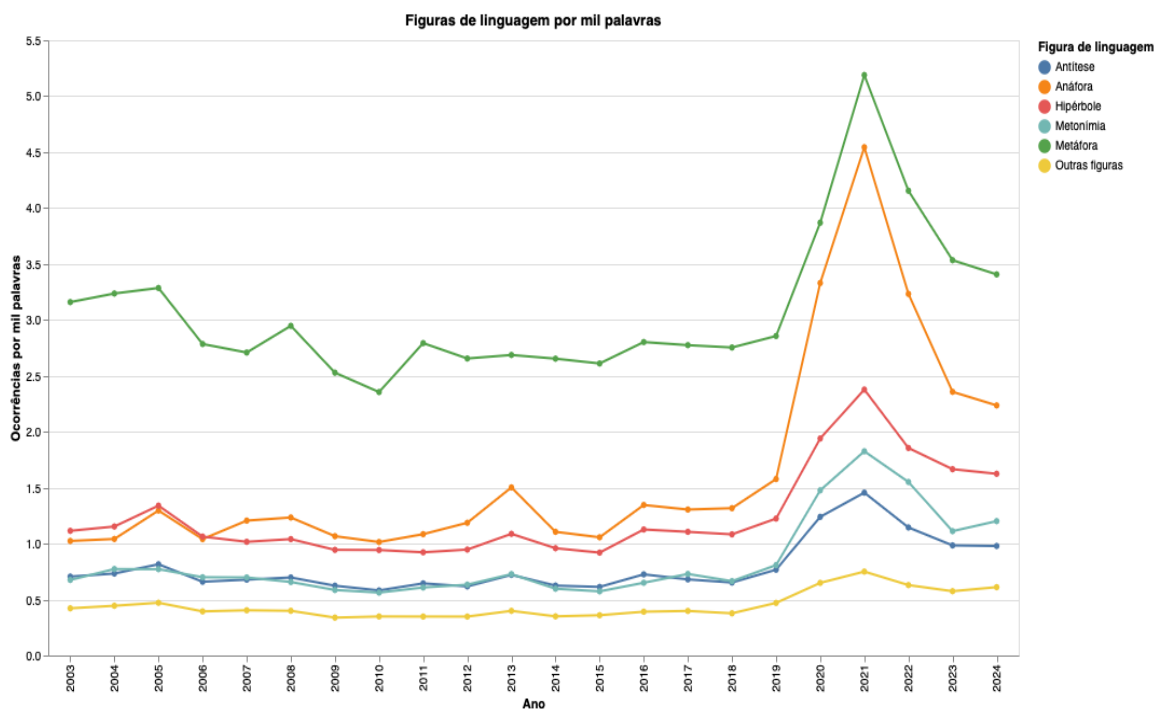


Figura 25 — figuras de linguagem por mil palavras. Cinco principais figuras. Fonte: elaboração própria a partir de análise de amostras por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

Vale ressaltar os limites do cálculo por mil palavras, notadamente o fato de que as figuras de linguagem raramente se expressam em apenas um vocábulo. Figuras estendidas (como a anáfora, que envolve repetição de palavras) são contadas apenas uma vez por trecho.

Feita essa ressalva, o gráfico evidencia o crescimento da linguagem figurada nos anos da pandemia de Covid-19, principalmente em 2021. Muitas das principais figuras não recuperaram o nível de antes da pandemia, o que pode significar mudança no padrão discursivo praticado no plenário do Senado Federal. O mapa de calor abaixo destaca algumas das principais alterações, comparando a incidência de cada figura por mil palavras com a respectiva mediana histórica:

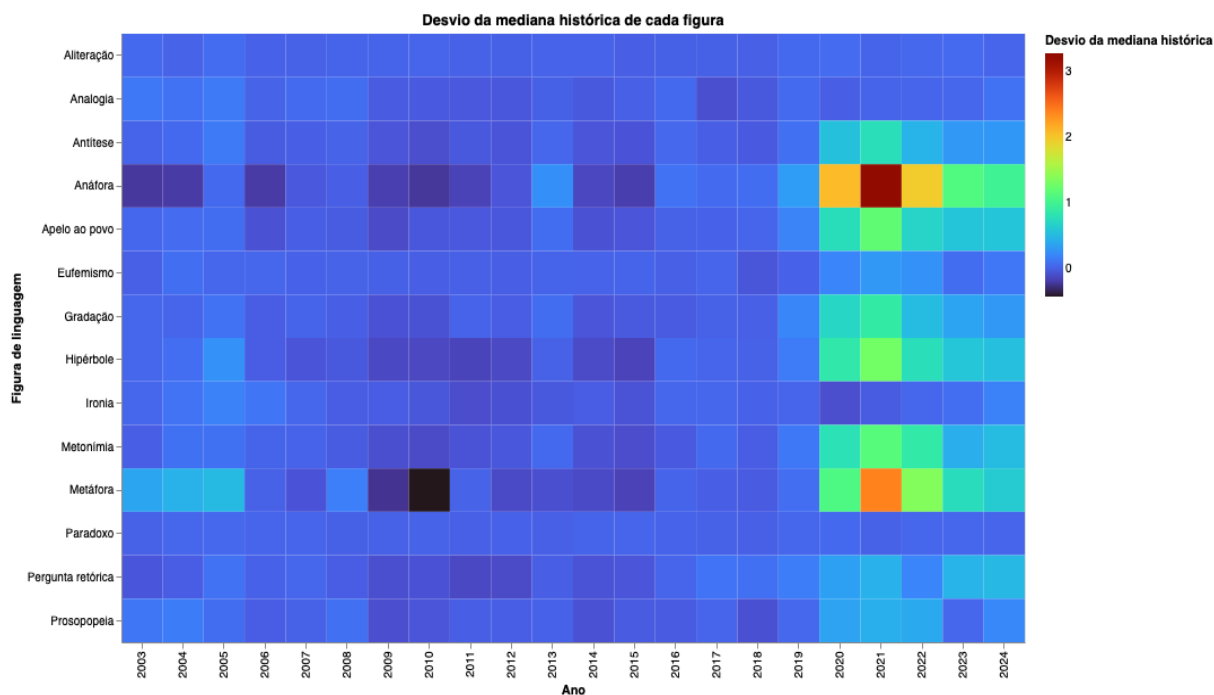


Figura 26 — Mudanças na taxa por mil palavras, por figura. Comparação com a mediana histórica de cada figura. Fonte: elaboração própria a partir de análise de amostras por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

O mapa deixa clara a mudança para um padrão figurado, com o crescimento de figuras de antítese, anáfora, apelo popular, gradação, hipérbole, metonímia, metáfora, pergunta retórica e prosopopeia (que inclui personificação) entre 2020 e 2022. De todas essas figuras, a única cuja intensidade retornou ao nível anterior à pandemia foi a metáfora; as demais permaneceram em nível superior à mediana do período, embora tenham esboçado a retomada do padrão histórico. Será o caso de uma mudança permanente? É cedo para dizer.

4 DISCUSSÃO

Inicia-se este capítulo com uma menção aos limites das metodologias empregadas neste trabalho. O primeiro deles consiste na referência clássica das ciências sociais: a ideia de que correlação não implica causação. As medidas aqui apresentadas são essencialmente descritivas; não se adotou, por exemplo, um modelo de inferência, tarefa que requereria um trabalho de estatística mais profundo e especializado.

Uma questão prática decorrente disso foi que nenhuma das estimativas sobre interatividade no plenário dá o devido peso ao fato de que os apartes se tornaram muito mais raros, como indicado na Figura 6 (apartes em plenário por ano). Isso complica, sobretudo, as análises relativas ao período da pandemia, em que a mudança drástica nos denominadores influencia a interpretação de tendências. Em virtude disso, é preciso analisar os gráficos de maneira combinada, e com muita cautela, antes de se buscar uma explicação causal única e estabelecida a respeito dos resultados da pesquisa (i.e., “os discursos ficaram mais comuns no ano X porque Y”)³.

Como segundo limite, observo que o material contido no banco de dados (notas taquigráficas e transcrições de pronunciamentos em vídeo) não contempla elementos de contexto, sobretudo tom de voz e linguagem corporal do orador. Além disso, questões inerentes à realidade dos taquígrafos – cujo trabalho é difícil, pois demanda disciplina e atenção constantes – podem ter determinado os registros e provocado vieses. Podemos dizer o mesmo a respeito de mudanças na tecnologia e na classificação taquigráfica. Essas questões afetam as análises sobre interações em plenário (apartes e respostas, descortesias *etc.*) e sobre a tipologia do uso da palavra no plenário do Senado (Figura 5, sobre tipos de fala por ano).

Finalmente, ressalta-se a possibilidade de erros técnicos decorrentes do uso de ferramentas de obtenção e análise de dados e algoritmos e sistemas de inteligência artificial; destaca-se, nesse contexto, o comportamento estocástico (Bender *et al.*, 2021) de modelos de linguagem – o que se conhece por “alucinações” dos LLM. Vale, no entanto, observar que o modelo empregado na maior parte das análises, o Gpt-5, tem sido considerado de performance muito alta em tarefas de sumarização e classificação de textos (Hou *et al.*, 2025), como as requeridas por esta pesquisa.

³ Esse problema pode ser abordado – imperfeitamente – por meio de modelos de tópicos baseados em vetorização textual e clusterização de dados, como o BERTopic, usado aqui para descrever os tópicos mais comuns dos discursos apartados em 2011 (Tabela 2). A ideia seria comparar, por exemplo, dados como frequência ou extensão dos discursos a tópicos políticos específicos, trazendo à tona novas correlações para reforçar um ou outro ponto de vista interpretativo. Optei por não aprofundar essa perspectiva neste estudo, devido ao risco de concentrar a análise na recapitulação da agenda legislativa no período, tema já descrito na imprensa e estudado com profundidade em trabalhos de ciência política. O emprego de BERTopic associado a recortes específicos, seja para elaborar, seja para confirmar hipóteses, teria muitas potencialidades; este, no entanto, requereria um trabalho mais focado.

Além disso, ao programar o uso do modelo de linguagem, foram tomadas precauções. Em primeiro lugar, condicionei o modelo a emitir sua resposta de maneira estruturada, mediante *JSON schema*. Segundo, usei técnicas de engenharia de *prompt*, como a inclusão de exemplos e demandas explícitas de raciocínio em cadeia (*chain of thought*). Terceiro, submeti um volume baixo de dados por requisição (um discurso por tarefa⁴). Todos esses passos são tidos como essenciais para evitar as alucinações. Finalmente, oportuno mencionar que *prompts* e dados brutos, incluindo resultados de análises em arquivos *jsonl*, estão disponíveis no repositório Kaggle da pesquisa (<https://www.kaggle.com/datasets/pedroduarteblanco/falando-nela>), para conferência e apreciação crítica do leitor interessado no assunto.

O motivo pelo qual essas considerações vêm no primeiro plano da discussão é a necessidade de procedermos com cuidado ao avaliar os resultados do trabalho. A ideia de uma pesquisa baseada em dados sugere um vínculo prioritário com os fatos, uma espécie de ultrarrealismo. Mas esses vieses — e outros, que não se encontram antecipados neste texto — recomendam ao leitor uma boa dose de prudência ao analisar o material fornecido. Talvez os gráficos sejam mais bem interpretados como uma fotografia da retórica em plenário. Tal qual uma fotografia modernista, tomada de um ângulo incomum, a pesquisa apresenta uma perspectiva diferente das coisas e, por isso mesmo, enseja hipóteses e desperta questionamentos. Mas, como toda fotografia, é incapaz de apresentar o contexto da situação retratada.

Vamos a algumas dessas hipóteses e questionamentos.

Quase todas as reflexões baseadas nos resultados deste trabalho partiram de momentos de mudança ou ruptura — “descontinuidades”, no dizer de um especialista em análise de discurso, o historiador e filósofo Michel Foucault (Foucault, 2011, p. 6–11).

Tendo isso em vista, uma análise quantitativa é, por si só, incompleta e ambígua. A ideia de que a quantidade de discursos em plenário reflete a intensidade da atividade política ignora o fato de que há períodos intensos em que se falou pouco no plenário do Senado. Destacam-se, por exemplo, os anos entre 2014 e 2020, quando, em meio a uma das transições de poder mais tumultuadas da história democrática nacional, a quantidade de pronunciamentos

⁴ As tarefas, no entanto, foram enviadas em lotes — *batch* —, procedimento comum para cortar custos que não afeta a qualidade da análise.

ficou bastante abaixo da mediana do período estudado. É por isso que a analogia que define o Congresso como “a caixa de ressonância da sociedade” não me parece correta, ao menos do ponto de vista dos pronunciamentos – a não ser que vejamos o silêncio dos oradores como um ato político em si; uma pausa tática, destinada à elaboração de estratégias, recomposição de alianças etc.

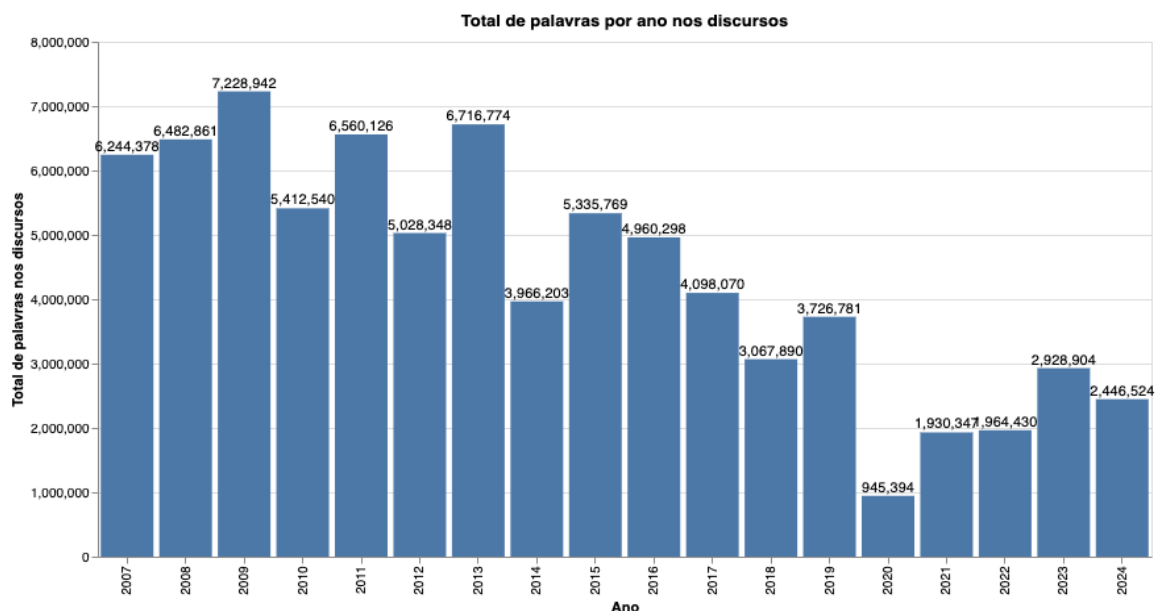


Figura 27 — quantidade de palavras por ano. Todos os pronunciamentos.
Fonte: elaboração própria a partir de dados abertos.

Da mesma forma, um ano com muito tempo de fala não significa, necessariamente, um período relevante. O gráfico acima dá uma perspectiva diferente sobre as estatísticas quantitativas das Figuras 1 (número de pronunciamentos por ano) e 2 (extensão mediana), pois mostra o volume total de discursos, em palavras. Além do declínio registrado nos gráficos anteriores, percebemos, aqui, outro padrão: o incremento nos anos ímpares, em relação ao ano anterior. Os anos ímpares coincidem com o primeiro ano de mandato dos senadores eleitos nas renovações de um ou dois terços do Senado – renovações que ocorrem, naturalmente, nos anos pares. Em outras palavras, não haveria um fato político relevante por trás disso, apenas a busca por visibilidade típica do estágio inicial de um ciclo eleitoral.

De maneira geral, os achados seguintes (o encurtamento dos discursos; a redução do tempo e das oportunidades de fala, medidos pelo número de sessões em que o uso da palavra é mais livre; entre outros) sugerem que, ao longo do período estudado, o pronunciamento em plenário sofreu alterações substanciais,

perdendo espaço entre as atividades desenvolvidas no Senado Federal. Muitas hipóteses sustentam esse ponto de vista.

A maior parte delas têm nas mudanças tecnológicas dos últimos anos uma *causa prima* para esse fenômeno. A intensificação do ciclo de notícias, decorrência do noticiário virtual, forçaria o Senado a reprogramar a agenda, buscando “produtividade” legislativa (i.e., maximizando o número de projetos aprovados), em detrimento da oratória. A difusão em larga escala de pronunciamentos em vídeo (*shorts, reels*) influenciaria extensão e linguagem das falas, sobretudo durante a pandemia, quando o distanciamento social e as sessões deliberativas remotas consolidaram a estética do videoclipe na comunicação política. A expansão das redes sociais deslocaria a interação para essas plataformas; além disso, tornaria manifestações espontâneas – improvisos, apartes – gestos politicamente arriscados, devido à possibilidade de edição maliciosa (e anônima) dos vídeos correspondentes *etc.*

O gráfico abaixo expõe uma boa ideia sobre os efeitos da adoção do videoclipe como meio de transmissão dos discursos.

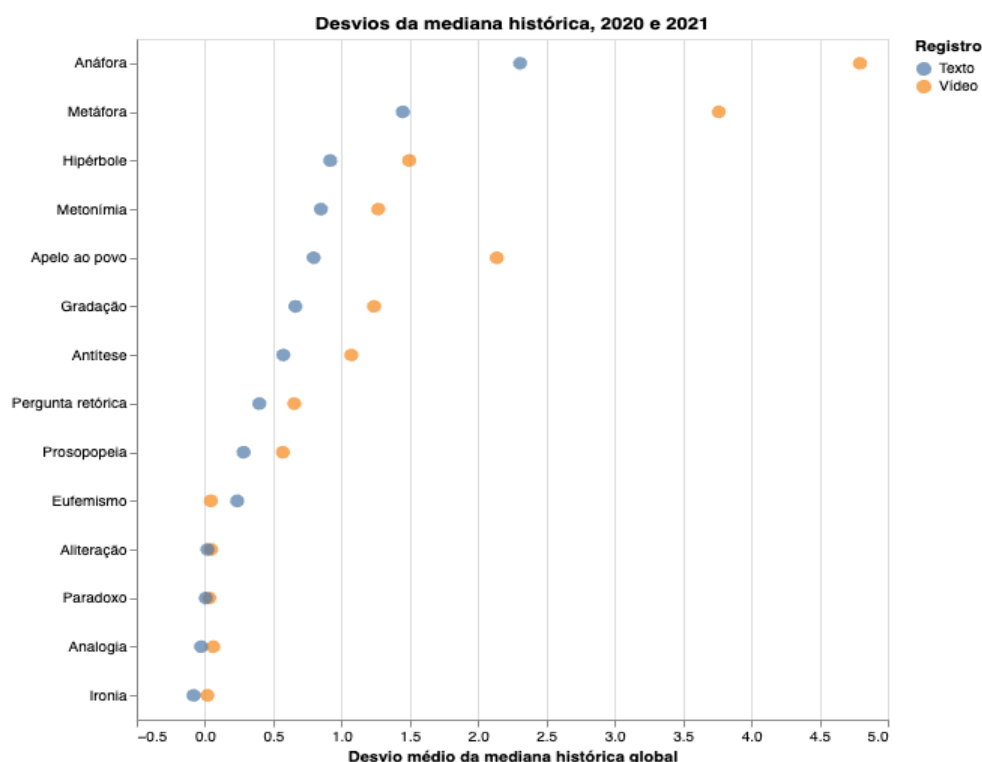


Figura 28 – Mudanças na taxa por mil palavras, por figura. Comparação com a mediana histórica de cada figura, por tipo de registro. Fonte: elaboração própria a partir de análise de amostras por meio do LLM Gpt-5, da empresa OpenAI.

Sabemos que, durante a pandemia, os discursos ficaram mais retóricos, isto é, com mais figuras de linguagem por mil palavras – como representado nas Figuras 25 e 26. A imagem acima complementa as demais, pois compara os pronunciamentos registrados primariamente em texto e em vídeo no *site* do Senado Federal, durante os piores anos da pandemia de Covid-19 (2020 e 2021). A medida considerada é o desvio do número de figuras por mil palavras em relação à mediana global de todo o período. Enfim: por meio da Figura 28, percebemos que, mesmo no contexto dramático da pandemia, os discursos em vídeo se caracterizaram por um uso ainda mais retórico e figurado da língua portuguesa.

Todas essas explicações seguem a máxima, elaborada pelo teórico de mídia Marshall McLuhan, de que “o meio é a mensagem” – em outras palavras, novas formas de mídia recriam o ambiente de circulação de informações à sua imagem e semelhança (McLuhan, 1964, p. ix, 19–36). Trata-se de visão essencialmente pessimista. O argumento central de McLuhan, o de que cada tecnologia introduz os seus próprios vieses na mentalidade das pessoas (McLuhan, 1964, p. 9), tem sido usado para denunciar os efeitos das novas tecnologias sobre a sociedade, sobretudo no caso das redes sociais. As críticas ressaltam os impactos das redes sobre o regime democrático – das chamadas “bolhas de filtro” (“Beware online ‘filter bubbles’”, 2011) à “inviabilização da política” (Lanier, 2018, p. 107–125). Destaca-se, aqui, como o critério empregado pelos algoritmos de distribuição de informações (a maximização do engajamento dos usuários, medida por cliques e tempo de uso) introduz incentivos perversos no comportamento de políticos e cidadãos em geral. O recurso ao extremismo ideológico para chamar a atenção, o uso de robôs para simular popularidade, a compra de curtidas e seguidores, a disseminação de informações falsas, entre outros –seriam ferramentas para amplificar o alcance e o impacto das mensagens, já que as plataformas tenderiam a priorizar o conteúdo mais popular e apelativo, isto é, viral.

Essas teses têm o apelo apocalíptico da “modernização reflexiva”, conceito da sociologia anglo-saxã: a ideia de que a sociedade contemporânea gera o risco de sua própria destruição (Scott; Marshall, 2009), inclusive de suas instituições democráticas. A aplicação delas aos resultados deste trabalho leva a pensar que, durante o período estudado, teria ocorrido uma mudança fundamental do pronunciamento em plenário. Este teria perdido seu caráter dialógico (i.e., de debates) para se tornar uma sucessão de monólogos (Figura 11, aparteantes distintos por orador, por ano) destinados a um público virtual. O “auditório

presumido”, concebido pelos retóricos (Perelman; Oblrechts-Tyteca, 1970, p. 22), agora consistiria em um público online restrito e selecionado por algoritmos: em outras palavras, uma “bolha”. A consequente perda da racionalidade deliberativa e a desinformação do público em geral caracterizariam a desnaturação do parlamento e a conversão deste em um órgão de performance midiática. Este é, em linhas gerais, o argumento do filósofo Jürgen Habermas, para quem a “plataformização” da política fragmenta a esfera pública, convertendo-a em parcialmente privada:

Na perspectiva limitada desse tipo de esfera semipública, a esfera pública política dos Estados constitucionais democráticos não pode mais ser percebida como um espaço inclusivo para um possível esclarecimento discursivo acerca de pretensões de validade da verdade e da consideração universal de interesses que competem entre si; é precisamente essa esfera pública que surge como inclusiva que, então, é rebaixada para esferas semipúblicas que competem em pé de igualdade. (Habermas, 2023, p. 52–53)

Na verdade, o problema é ainda pior do que sustenta Habermas. A competição entre as “esferas semipúblicas” não se dá em “pé de igualdade”; uma mensagem “viral”, muitas vezes, é impulsionada por transações econômicas, como mencionado anteriormente, ou por outros fatores que observam os critérios comerciais do algoritmo, como o apelo emocional. Tais critérios, no entanto, não necessariamente acompanham os ditames de um bom debate legislativo, nem garantem uma representação justa de interesses em confronto.

Ainda assim, essa definição evidencia alguns dos pontos fortes da interação em plenário para o regime democrático: o fato de que esta se dá em ambiente institucional, mediado por um presidente de sessão e regulado segundo normas republicanas. Simbolicamente, o orador sobe a uma tribuna e fala não só aos cidadãos da sua própria base, mas também aos seus pares, de quem recebe apartes e apreciação crítica. O registro e a distribuição dos vídeos ou dos textos dos pronunciamentos é feito por um órgão público – instância, em tese, neutra, que deve cumprir requisitos de transparência e preservar a memória institucional; nesse contexto, o fato de que uma postagem em rede social pode ser apagada com facilidade é especialmente relevante. Essas características fazem com que o plenário esteja muito mais próximo do ideal habermasiano de esfera pública do que as redes sociais.

De maneira geral, a narrativa de que as interações em plenário estão sendo substituídas por monólogos “clipáveis” visando às redes sociais parece correta, mas esse fato pode ter outras causas concorrentes. A primeira delas é de ordem institucional. O fenômeno pode não resultar da decadência do Senado como órgão de debates. Pode ser, por exemplo, que a interação se tenha deslocado para as comissões, onde o trabalho mais especializado oportunizaria discussões mais práticas e objetivas. A substituição de sessões não deliberativas por sessões especiais e a adoção de formas especializadas (como as sessões de debates temáticos), indicadas pela Figura 3 (sessões plenárias por tipo e ano), pode ser um sinal de que esta tem sido uma meta buscada pelo Senado Federal.

Um segundo conjunto de causas possíveis diz respeito a fatores conjunturais. O período estudado inclui uma das mais tormentosas quadras da história nacional, com crises econômicas, escândalos de corrupção, controvérsias judiciais envolvendo a alta política e transições dramáticas de poder. Tendo isso em vista, é notável que 2011 tenha sido o ano em que os apartes e respectivas respostas (Figuras 12 e 13, atos retóricos em apartes e respostas de 2011) mais expressaram afinidade e harmonia no plenário. Nesse ano, o principal tópico dos discursos (Tabela 2, principais tópicos dos pronunciamentos de 2011) foi a destinação dos recursos obtidos com a exploração de petróleo pré-sal, cujas reservas haviam sido descobertas poucos anos antes. Esse achado leva a pensar que, na vigência de um modelo de desenvolvimento induzido pelo Estado, como o do governo Dilma Rousseff, a perspectiva de um ciclo de expansão econômica pode ter incentivado a boa interação entre os senadores em plenário. Em outras palavras, talvez seja mais fácil “fazer política” em um cenário de relativa bonança fiscal, em que o projeto de Estado desenvolvimentista parece viável – ainda que, já na época, esse ramo da estratégia do governo fosse alvo de algumas das piores críticas da oposição.

Como apontam as Figuras 15 e 16, o clima otimista de 2011 já não estava presente em 2016, ano em que os atos retóricos de apartes e respostas foram os mais discordantes da série histórica. A economia se encontrava em uma das piores crises da história republicana; a operação Lava-Jato alcançava algumas das principais lideranças políticas do país; o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff marcava uma transição de poder conflituosa. Tais condições levam a outro dos fatores conjunturais que podem ter determinado o uso da

palavra em plenário naqueles anos: a polarização política. O exame combinado de alguns gráficos sugere esse vínculo. Por exemplo, os gráficos das Figuras 1 (quantidade de pronunciamentos por ano) e 16 (pronunciamentos com apartes marcados como “possível descortesia” por ano) mostram que o período entre 2016 e 2018 – os anos críticos, quando a proporção de apartes descorteses foi a maior da série histórica – foi o centro de um longo intervalo (2014 - 2020) em que a quantidade de discursos esteve abaixo da mediana. Nesse contexto, a correlação entre esses dois fatores pode ser sintoma de um ambiente hostil ao diálogo entre blocos rivais, o que teria levado os agentes políticos a priorizarem outros meios de expressão.

Cito todos esses fatores de conjuntura para indicar que a mudança de perfil dos discursos em plenário talvez não seja definitiva. Isso remete à tese de McLuhan, que parece ver a influência das novas mídias nas maneiras de pensar e ver o mundo como um fato historicamente irreversível. Em um exemplo de 1897, relacionado à temática dos discursos, um Winston Churchill no início da carreira observou que seus contemporâneos denunciavam o declínio da retórica, vinculando o fenômeno à emergência de uma nova forma de mídia: o jornalismo⁵. O fato de que o próprio autor se tornou um dos grandes nomes da retórica do século XX – que, de resto, teve muitos outros bons oradores – contraria o fatalismo da ideia.

Na verdade, alguns dos resultados desta pesquisa dão margem para otimismo. Pode ser, por exemplo, que as mudanças formais nos pronunciamentos (encurtamento e redução nos apartes) resultem de um compromisso mais firme com a transparência e a consistência do uso da palavra. As falas então teriam assumido um caráter declaratório, destinando-se a esclarecer posições ao eleitorado – o que, em si, não é ruim, embora esse tipo de atividade não requeira o espaço do plenário.

Outro fato relevante consiste na articulação da bancada feminina nos discursos, a partir de 2019. Esse fato é evidenciado pelas Figuras 22 e 23, referentes às proporções observada e esperada de apartes entre os gêneros. No caso, a opção das senadoras de valorizarem a interação em plenário mostra

⁵ “[É] frequentemente escrito e dito livremente que o tempo da oratória está passando. A reportagem jornalística e o crescente conhecimento dos homens teriam, segundo se diz, levado ao declínio da retórica” (Churchill, 1897).

que esse ambiente ressalta a imagem institucional das oradoras, dando força a possíveis coligações em temas de interesse da bancada feminina.

Ainda outro diz respeito à trajetória dos pronunciamentos em plenário durante e, principalmente, depois da pandemia de Covid-19. O período da emergência de saúde pública, marcado pelo distanciamento social e pela polarização política, fez com que inúmeras métricas apresentadas neste trabalho caíssem: pronunciamentos por ano (Figura 1), extensão mediana dos discursos (Figura 2), sessões plenárias (Figura 3), apartes (Figura 6), etc. É cedo para dizer se essas mudanças se tornaram permanentes, mas o fato de que algumas dessas medidas tiveram alguma (ainda que tímida) recuperação nos anos finais da pesquisa sugere que a “plataformização” da oratória, imposta pelas circunstâncias, talvez seja reversível – ao menos em parte.

No contexto da pandemia, destaca-se a variação no uso de figuras de linguagem apelativas (Figuras 25, 26). O aumento do uso de linguagem figurada parece ter decorrido, em grande parte, do emprego do videoclipe como meio primário de circulação da fala, como mostra a Figura 28. Finda a emergência de saúde pública (e retomados os discursos no plenário físico), o número de figuras por mil palavras esboçou um retorno gradual ao perfil anterior. Se confirmado, esse retorno pode significar que a retórica empregada nos pronunciamentos é determinada pela forma de distribuição destes, ao menos em parte. Isso representaria ainda outra exceção à ideia de que as mudanças causadas pela adoção das novas tecnologias são irreversíveis.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, apresentou-se um panorama sobre as mudanças no uso da palavra no plenário do Senado Federal. Os pronunciamentos se tornaram mais escassos ao longo da série histórica, tendo-se recuperado nos anos finais. Mas se tornaram mais curtos, mais declaratórios – isto é, menos interativos – e, durante a pandemia, mais retóricos, no sentido de que empregaram linguagem figurada de maneira mais intensa.

O capítulo de discussão buscou hipóteses para explicar esse fenômeno. Por um lado, entre os fatores estruturais, destacou-se o advento de novas tecnologias de circulação e difusão de mensagens políticas, notadamente as redes

sociais. Seguindo a máxima de que “o meio é a mensagem”, os resultados da pesquisa refletem a influência dessas tecnologias sobre número, duração e interatividade das falas. Essa influência seria direta – pelo apelo estético do videoclipe – ou indireta – pela determinação da agenda legislativa. O quadro sugere que a instituição perdeu força como instância discursiva autônoma; antes um lugar de debates (um parlamento propriamente dito), o plenário do Senado parece ter-se metamorfoseado em um reduto de monólogos destinados a uma audiência fragmentada.

Por outro lado, a existência de fatores circunstanciais torna esse quadro mais complexo. As crises política e econômica podem ter desgastado o ambiente do plenário. O distanciamento social, decorrente da emergência de saúde pública da pandemia, parece ter determinado aspectos formais e interacionais dos pronunciamentos; contudo, o incipiente retorno de certas métricas indicaria alguma elasticidade no uso da palavra em plenário em volta de um padrão específico. Assim, uma explicação excessivamente determinista, baseada apenas nas mudanças tecnológicas, pode não dar uma boa perspectiva a respeito dos fatos observados nesta pesquisa.

Como interpretar as mudanças no plenário à luz desses dois conjuntos de causas? Talvez uma boa hipótese consista em conjunturas de fechamento e de abertura do debate público, proporcionadas não só pelos fatores estruturais da mudança tecnológica, mas também por outros elementos da vida institucional, como os acontecimentos mencionados no parágrafo anterior. Diante disso, um plenário fechado seria um plenário vazio, com interações apenas pontuais e voltado à “produção de conteúdo”, em que a formação de vontades se dá não por meio do debate, mas por meio da deliberação privada: encontros restritos, acertos de gabinete ou de lideranças partidárias, grupos de WhatsApp *etc.* Por sua vez, um plenário aberto seria movimentado e dialógico, voltado ao debate público republicano e transparente. Isso requer, obviamente, clima de civilidade e abertura ao dissenso entre os próprios parlamentares, o que parece ter sido abalado pela polarização dos últimos anos. Embora a emergência das novas tecnologias tenha contribuído para a conjuntura de fechamento, nenhuma dessas conjunturas seria necessária e irreversível.


De qualquer maneira, as tendências observadas na pesquisa demandam preocupação e reflexão. Considerando as virtudes do Poder Legislativo como

esfera pública – ainda que imperfeita –, subordinar o plenário às redes sociais significa delegar as suas funções a uma instância privada, à margem de um regime político-jurídico republicano. Regular as mídias sociais solucionaria o problema? Não há como saber ao certo; mas o fato de que as redes servem a inúmeros outros objetivos sociais torna a atividade bastante complexa. Talvez seja melhor regular a política.

6 BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA SENADO. **Senado inaugura gabinete da liderança da Bancada Feminina**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/04/09/senado-inaugura-gabinete-da-lideranca-da-bancada-feminina>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BEIRA, Gabriella. **Glossário de termos do feminismo**. Instituto da Mulher Negra Geledés, 15 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/glossario-de-termos-do-feminismo/>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BENDER, Emily M. *et al.* On the Dangers of Stochastic Parrots: Can Language Models Be Too Big? . In: FAccT '21. New York, NY, USA: Association for Computing Machinery, 1 mar. 2021. Disponível em: <<https://dl.acm.org/doi/10.1145/3442188.3445922>>. Acesso em: 26 nov. 2025.

Beware online “filter bubbles”. TED Talks, 2011. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/eli_pariser_beware_online_filter_bubbles>. Acesso em: 28 nov. 2025.

CHURCHILL, Winston S. **The scaffolding of rhetoric**. 1897. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/wp-content/uploads/2016/06/THE_SCAFFOLDING_OF_RHETORIC.pdf>. Acesso em 26 nov. 2025.

COMITÊ INSTITUCIONAL GÊNERO E SEXUALIDADE. **Glossário**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/generoesexualidade/glossario/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 24 nov. 2025.

DIEZ, David; MINE, Çetinkaya-Rundel; BARR, Christopher. **OpenIntro Statistics**. Fourth Edition ed. [S.l.]: OpenIntro, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. São Paulo: Editora Forense, 2011.

GREEN, Mitchell. Speech Acts. In: ZALTA, Edward N. (Org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2021 ed. [S.l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2021.

GROOTENDORST, Maarten. **BERTopic: Neural topic modeling with a class-based TF-IDF procedure**. arXiv, 14 mar. 2022. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/2203.05794>>. Acesso em: 12 nov. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. Tradução: Denilson Luis Werle. São Paulo, SP: Editora UNESP Digital, 2023.

HOU, Yu *et al.* **Benchmarking GPT-5 for biomedical natural language processing**. arXiv, 23 out. 2025. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/2509.04462>>. Acesso em: 26 nov. 2025.

LANIER, Jaron. **Ten Arguments for Deleting Your Social Media Accounts Right Now**. New York: Picador, 2018.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding media: the extensions of man**. New York: New American Library, 1964.

PERELMAN, Chaim; OBLRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

Regimento Interno do Senado Federal: Resolução nº 93, de 1970. Brasília, DF: Senado Federal, 2025.

Relatório da Presidência referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Brasília: Senado Federal – Secretaria-Geral da Mesa, 2007. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/documents/12427/31178/RAP2007/1286831d-763c-40bf-bfb8-bb1213267a37>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

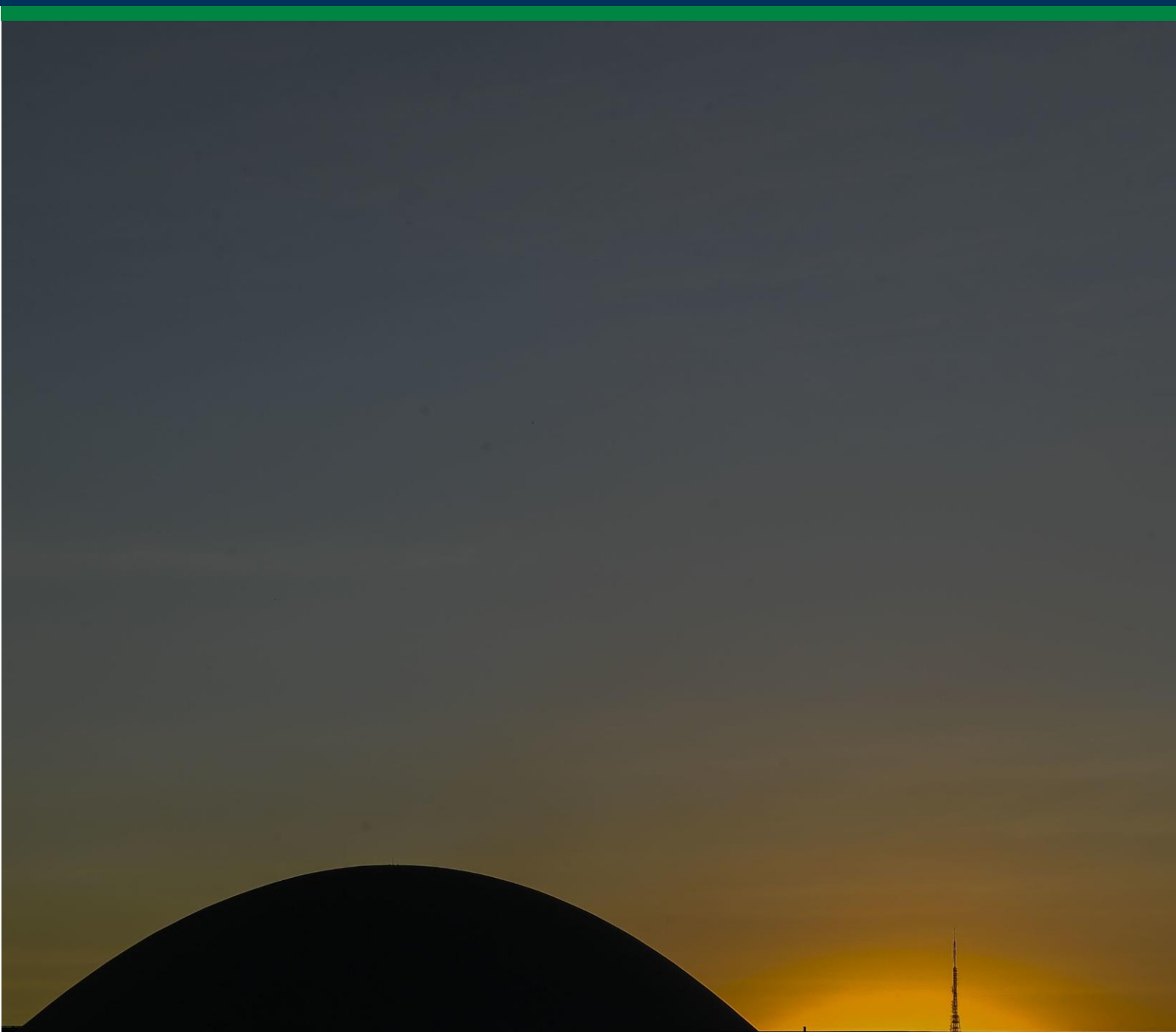
Relatório da Presidência referente aos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura. Brasília: Senado Federal – Secretaria-Geral da Mesa, 2024. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/documents/12427/145699807/RAP+2024/a431784a-3824-4222-a933-f50338b13871>>. Acesso em 20 nov. 2025.

SANTORO, Erik; MARKUS, Hazel Rose. Is Mansplaining Gendered? The Effects of Unsolicited, Generic, and Prescriptive Advice on U.S. Women. **Psychological Science**, v. 35, n. 12, p. 1395–1415, dez. 2024.

SCOTT, John; MARSHALL, Gordon. **reflexive modernization – Dictionary of Sociology**. [S.l.]: Oxford University Press, 2009. Disponível em: <<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100410500>>.

Missão da Consultoria Legislativa

Prestar consultoria e assessoramento especializados ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento da atividade legislativa e parlamentar, em benefício da sociedade brasileira.



Núcleo de Estudos e
Pesquisas

Consultoria
Legislativa

SENADO
FEDERAL



ISSN 1983-0645